

Veículo: Jornal A Tarde	Caderno: Capa
Data: 16/06/2021	Página: A1

A TARDE

FINANÇAS

Bahia mantém equilíbrio nas contas públicas

Mesmo com as incertezas ainda presentes na economia brasileira devido ao atraso na vacinação contra a Covid e à ameaça de nova piora da crise sanitária, a Bahia segue com as contas em dia, baixo endividamento e mantém o ritmo dos investimentos públicos. **Bz**

A TARDE

FINANÇAS Com contas em dia e baixo endividamento, Bahia perde só para São Paulo no volume de investimentos

Bahia soma R\$ 15,4 bi em investimentos desde 2015



Manoel Vitorio apresentou números

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 9.7.2019



DA REDAÇÃO

Mesmo com as incertezas ainda presentes na economia brasileira devido ao atraso na vacinação contra a Covid e à ameaça de nova piora da crise sanitária, a Bahia segue com as contas em dia e baixo endividamento e mantém o ritmo dos investimentos públicos, com volume total superado apenas por São Paulo.

De acordo com os dados apresentados ontem pelo secretário da Fazenda do estado, Manoel Vitorio, durante audiência pública virtual sobre as finanças estaduais

promovida pela Assembleia Legislativa, o governo baiano já investiu R\$ 15,4 bilhões desde 2015, ante R\$ 46,7 bilhões do governo paulista. Se considerado apenas o pri-

Bahia acaba de obter a nota B em indicador do Tesouro que avalia a saúde fiscal

meiro quadrimestre deste ano, a Bahia também fica na vice-liderança entre os estados. Foram R\$ 587,2 milhões de janeiro a abril, enquanto São Paulo investiu R\$ 1,06 bilhão.

“É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior”, afirmou Vitorio.

A chave apontada para esta performance é o equilíbrio fiscal obtido via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da arrecadação, explicou o secretário da Fazenda, lem-

brando que a Bahia acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar a saúde fiscal dos estados e municípios.

A classificação torna o governo baiano apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos investimentos. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: liquidez, endividamento e poupança corrente.

Qualidade do gasto

A qualificação do gasto público, explicou o secretário, é um dos fatores para o bom desempenho fiscal da Bahia. Trata-se de um trabalho permanente, deflagrado na primeira gestão do atual governo, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio, o que permitiu ao estado obter economia real de R\$ 7,8 bilhões com o custeio da máquina desde 2015.

“Esta economia libera recursos para manter o estado funcionando e seguir ampliando os investimentos”, afirmou Vitorio.

Do outro lado da equação está o crescimento da recei-

ta. Como resultado da modernização tecnológica do fisco, do combate à sonegação e do esforço dos servidores fazendários, lembrou Vitorio, a arrecadação do ICMS baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de arrecadação do imposto agora corresponde a 5%. Esta participação era de 4,22% em 2012 e vem crescendo desde então.

Vitorio ressaltou, no entanto, que o cenário econômico brasileiro ainda é instável. “É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, há o risco de piora nos índices da pandemia, e este quadro pode afetar o desempenho econômico”, disse.

Veículo: Tribuna da Bahia Online	Caderno: Cidade
Data: 15/06/2021	Página: --



Governo da Bahia investiu cerca de R\$ 587,2 milhões no estado de janeiro a abril

O estado é o segundo em nível maior investimento, enquanto São Paulo que lidera o ranking investe um montante de R\$ 1,06 bilhão

Tribuna da Bahia, Salvador

15/06/2021 15:46 | Atualizado há 20 minutos



Foto: Agência AL-BA

Ficando atrás apenas de São Paulo, o governo baiano investiu um montante de R\$ 587,2 milhões no período de janeiro a abril deste ano. Dessa forma, o estado é o segundo em nível maior de investimentos, enquanto São Paulo que lidera o ranking investe um montante de R\$ 1,06 bilhão. Essa informação foi proferida pelo secretário da Fazenda estadual, Manoel Vitória, em audiência virtual na Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA). “É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior”, disse o titular da pasta.

Conforme Manoel, a aplicação destes recursos foram intermediados pelo equilíbrio fiscal através do controle de gastos e melhoria do desempenho da arrecadação. “Investimentos são recursos aplicados diretamente em obras e ações que ampliam a infraestrutura e a prestação de serviços à população e ajudam a impulsionar a economia, por isso temos feito um grande esforço, ao longo de todos estes anos de sucessivas crises econômicas no Brasil, para manter o ritmo de desembolsos com este gasto qualificado”, afirmou. O secretário destacou que a Bahia obteve a nota B em capacidade de pagamento na avaliação da Secretaria de Tesouro Nacional.

O titular da pasta ressaltou ainda que o governo baiano iniciou 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, abaixo do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 200%. “Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endividem até o limite de duas vezes a receita (anual)”, lembrou o secretário.

Com R\$ 15,4 bilhões desde 2015, Bahia é o 2º estado que mais faz investimentos públicos



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Bahia é o segundo estado brasileiro que mais realizou **investimentos** públicos desde 2015, conforme dados publicados nesta terça-feira (15) pelo secretário estadual da Fazenda, **Manóel Vitória**. Em audiência pública virtual sobre as finanças do estado, promovida pela Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA), o titular da pasta apontou que o governo baiano investiu R\$ 15,4 bilhões no período, atrás apenas de São Paulo, com R\$ 46,7 bilhões.

Se considerado apenas o primeiro quadrimestre deste ano, a Bahia também fica na vice-liderança entre os estados. Foram R\$ 587,2 milhões de janeiro a abril, enquanto o líder São Paulo investiu R\$ 1,06 bilhão. 'É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior', afirmou Vitória.

A Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA) avalia que a Bahia segue com as contas em dia, além de possuir um baixo endividamento, possibilitando o ritmo dos **investimentos** públicos. Para Vitória, a chave para esta performance é o **equilíbrio fiscal** obtido via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da **arrecadação**.

A Bahia obteve recentemente a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar a saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação torna o estado apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos **investimentos**.

O secretário lembrou ainda que priorizar os **investimentos** é uma diretriz do governador **Rui Costa** para enfrentamento da crise. '**Investimentos** são recursos aplicados diretamente em obras e ações que ampliam a infraestrutura e a prestação de serviços à população e ajudam a impulsionar a economia, por isso temos feito um grande esforço, ao longo de todos estes anos de sucessivas crises econômicas no Brasil, para manter o ritmo de desembolsos com este gasto qualificado', disse Vitória.

Endividamento

Manóel Vitória observou ainda que o governo baiano iniciou 2021 com a dívida consolidada líquida equivalente a 50% da receita corrente líquida, muito

abaixo do limite máximo estabelecido pela **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF), que é de 200%.

'Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endividem até o limite de duas vezes a receita', comemorou o secretário.

A situação da Bahia é bem mais confortável que a dos maiores estados do país: o Rio de Janeiro tem uma dívida que equivale a 281% da receita; no Rio Grande do Sul, a relação é de 206%; em Minas Gerais, de 176%; e, em São Paulo, de 149%.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Investimentos | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - ALBA, Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - Arrecadação | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio, Arrecadação, Lei de Responsabilidade Fiscal, Equilíbrio Fiscal

Bahia mantém ritmo de investimentos e já soma R\$ 15,4 bilhões desde 2015



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Mesmo com as incertezas ainda presentes na economia brasileira devido ao atraso na vacinação contra a covid e à ameaça de nova piora da crise sanitária, a Bahia segue com as contas em dia e baixo endividamento e mantém o ritmo dos **investimentos** públicos, com volume total superado apenas por São Paulo. De acordo com os dados apresentados hoje (15) pelo secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, durante audiência pública virtual sobre as **finanças estaduais** promovida pela Assembleia Legislativa, o governo baiano já investiu R\$ 15,4 bilhões desde 2015, ante R\$ 46,7 bilhões do governo paulista.

Se considerado apenas o primeiro quadrimestre deste ano, a Bahia também fica na vice-liderança entre os estados. Foram R\$ 587,2 milhões de janeiro a abril, enquanto o líder São Paulo investiu R\$ 1,06 bilhão. 'É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior', afirmou

Vitório.

A chave para esta performance é o **equilíbrio fiscal** obtido via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da **arrecadação**, explicou o secretário da Fazenda, lembrando que a Bahia acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo governo baiano e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos **investimentos**. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Investimentos | Procuradoria Geral do Estado - Arrecadação | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Finanças Estaduais, Arrecadação, Equilíbrio Fiscal

'Estamos cumprindo com as obrigações do Estado', ressalta Rosenberg após apresentação das contas do governo do 1º quadrimestre



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O líder do Governo na Assembleia Legislativa da Bahia (**Alba**), deputado Rosenberg Pinto (PT) afirmou nesta terça-feira, 15, durante apresentação das contas da gestão estadual do 1º quadrimestre de 2021 que, em face as incertezas presentes na economia brasileira devido ao atraso na vacinação contra a Covid e à ameaça de nova piora da crise sanitária, os baianos podem contar com o governo Rui Costa (PT) e com a Sefaz Bahia, que está atenta ao equilíbrio das contas públicas.

'Os caminhos e as políticas que a gente vem desenvolvendo, ouço elogios também dos parlamentares que não são da base. Queria agradecer bastante como líder do Governo', afirmou Rosenberg durante a audiência pública virtual, com a presença dos parlamentares da Casa.

Nos dados apresentados pelo secretário **Manoel Vitório** ficou demonstrado que a Bahia mantém as contas em dia, tem baixo endividamento e é o segundo maior investidor público do Brasil, atrás apenas de São Paulo.

Nos primeiros quatro meses deste ano, a Bahia manteve a vice-liderança entre os estados brasileiros. De janeiro a abril foram aplicados R\$ 587,2 milhões, enquanto São Paulo investiu R\$ 1,06 bilhão. Desde 2015, o governo baiano já investiu R\$ 15,4 bilhões, enquanto a gestão paulista R\$ 46,7 bilhões.

'É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior', lembrou Vitório.

Equilíbrio Fiscal

O **equilíbrio fiscal** obtido via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da **arrecadação** são essenciais para o resultado que levou a Bahia a obter nota B na Capacidade de Pagamento (Capag), indicador produzido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios.

A Bahia está bem avaliada nas três categorias examinadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente. A classificação torna o **governo da Bahia** apto a contar com o aval da União na contratação

de operações de crédito destinadas a novos investimentos.

Transporte, urbanismo, saúde, saneamento, segurança e educação são as áreas com maior concentração de recursos investidos pelo governo baiano, incluindo a expansão do metrô e outras obras de **mobilidade urbana**, como o **VLT do Subúrbio** Ferroviário, a construção e recuperação de rodovias e a construção de nove hospitais e 16 policlínicas de saúde nos últimos anos, o que tem sido determinante para que a Bahia se mantenha entre os estados brasileiros com menor taxa de letalidade durante a pandemia.

'Estamos vivendo este momento de pandemia e cumprindo com as obrigações do Estado', ressaltou Rosemberg.

[Voltar para a página inicial](#)

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - ALBA | Procuradoria Geral do Estado - Arrecadação | Casa Civil - VLT do Subúrbio | SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - VLT | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Mobilidade Urbana,VLT do Subúrbio | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitorio,Arrecadação,Equilíbrio Fiscal

BAHIA SOMA R\$ 15,4 BI INVESTIMENTOS, DIZ SEC. DA FAZENDA



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Mesmo com as incertezas ainda presentes na economia brasileira devido ao atraso na vacinação contra a covid e à ameaça de nova piora da crise sanitária, a Bahia segue com as contas em dia e baixo endividamento e mantém o ritmo dos **investimentos** públicos, com volume total superado apenas por São Paulo. De acordo com os dados apresentados hoje (15) pelo secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitório**, durante audiência pública virtual sobre as **finanças estaduais** promovida pela Assembleia Legislativa, o governo baiano já investiu R\$ 15,4 bilhões desde 2015, ante R\$ 46,7 bilhões do governo paulista.

Se considerado apenas o primeiro quadrimestre deste ano, a Bahia também fica na vice-liderança entre os estados. Foram R\$ 587,2 milhões de janeiro a abril, enquanto o líder São Paulo investiu R\$ 1,06 bilhão. 'É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior', afirmou Vitório.

A chave para esta performance é o **equilíbrio fiscal** obtido via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da **arrecadação**, explicou o secretário da Fazenda, lembrando que a Bahia acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo governo baiano e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos **investimentos**. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente.

Impulsionar a economia

Priorizar os **investimentos** é uma diretriz do governador **Rui Costa** para enfrentamento da crise, lembrou o secretário. '**Investimentos** são recursos aplicados diretamente em obras e ações que ampliam a infraestrutura e a prestação de serviços à população e ajudam a impulsionar a economia, por isso temos feito um grande esforço, ao longo de todos estes anos de sucessivas crises econômicas no Brasil, para manter o ritmo de desembolsos com este gasto qualificado', afirmou Vitório.

Transporte, urbanismo, saúde, saneamento, segurança e educação são as áreas com maior concentração de recursos investidos pelo governo baiano, incluindo a expansão do metrô e outras obras de **mobilidade urbana**, como o **VLT do Subúrbio** Ferroviário, a construção e recuperação de rodovias e a construção de nove hospitais e 16 policlínicas de saúde nos últimos anos, o que tem sido determinante para que a Bahia se

mantenha entre os estados brasileiros com menor taxa de letalidade durante a pandemia.

Qualidade do gasto

A qualificação do gasto público, explicou o secretário, é um dos fatores para o bom desempenho fiscal da Bahia. Trata-se de um **trabalho** permanente, deflagrado na primeira gestão do atual governo, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio, o que permitiu ao Estado obter economia real de R\$ 7,8 bilhões com o custeio da máquina desde 2015. 'Esta economia libera recursos para manter o Estado funcionando e seguir ampliando os **investimentos**', afirmou Vitória.

Do outro lado da equação está o crescimento da receita. Como resultado da modernização tecnológica do **fisco**, do combate à sonegação e do esforço dos servidores **fazendários**, lembrou Vitória, a **arrecadação** do **ICMS** baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de **arrecadação** do imposto agora corresponde a 5%. Esta participação era de 4,22% em 2012 e vem crescendo desde então.

Com as despesas sob controle e o bom desempenho nas receitas, o Estado apresentou no primeiro quadrimestre de 2021 um resultado primário melhor que o de 2020, observou Vitória, ressaltando no entanto que o cenário econômico brasileiro ainda é instável. 'É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, há o risco de piora nos índices da pandemia e este quadro pode afetar o desempenho econômico do país no segundo semestre'.

Baixo endividamento

Manoel Vitória observou ainda que o governo baiano iniciou 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, um dos melhores perfis do país, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF), que é de 200%. 'Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endivitem até o limite de duas vezes a receita', lembrou o secretário.

A situação é bem mais confortável que a dos maiores estados do país: o Rio de Janeiro tem uma dívida que equivale a 281% da receita, no Rio Grande do Sul a relação é de 206%, em Minas Gerais, de 176% e em São Paulo, de 149%.

Foto: Jornal A Tarde

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Investimentos | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS, Arrecadação | Casa Civil - VLT do Subúrbio | SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - VLT | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Mobilidade Urbana, VLT do Subúrbio | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - Trabalho | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, FISCO, Finanças Estaduais, Fazendários, Arrecadação, ICMS, Lei de Responsabilidade Fiscal, Equilíbrio Fiscal | SEC - Secretaria da Educação - SEC

Governo baiano investiu R\$ 587,2 milhões entre janeiro e abril de 2021



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O governo baiano investiu R\$ 587,2 milhões no período de janeiro a abril deste ano. O desempenho no quadrimestre manteve o estado como o segundo em volume de investimento - perdendo apenas para São Paulo (R\$ 1,06 bilhão). Estes dados foram apresentados pelo secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, em audiência virtual da Assembleia Legislativa da Bahia. 'É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior', afirmou Vitória.

De acordo com o gestor, a alocação destes recursos foi viabilizada pelo **equilíbrio fiscal** obtido pelo controle dos gastos e melhoria do desempenho da **arrecadação**. 'Investimentos são recursos aplicados diretamente em obras e ações que ampliam a infraestrutura e a prestação de serviços à população e ajudam a impulsionar a economia, por isso temos feito um grande esforço, ao longo de todos estes anos de sucessivas crises econômicas no Brasil, para manter o ritmo de desembolsos com este gasto qualificado', afirmou

Vitório. O secretário destacou que a Bahia obteve a nota B em capacidade de pagamento na avaliação da Secretaria de Tesouro Nacional.

Manoel Vitória observou ainda que o governo baiano iniciou 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, abaixo do limite máximo estabelecido pela **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF), que é de 200%. 'Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endividem até o limite de duas vezes a receita (anual)', lembrou o secretário.

Assuntos e Palavras-Chave: SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - ALBA | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, Arrecadação, Lei de Responsabilidade Fiscal, Equilíbrio Fiscal

Investimentos na Bahia somam R\$ 15,4 bi desde 2015



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Mesmo com as incertezas ainda presentes na economia brasileira devido ao atraso na vacinação contra a Covid-19 e à ameaça de nova piora da crise sanitária, a Bahia segue com as contas em dia e baixo endividamento e mantém o ritmo dos **investimentos** públicos, com volume total superado apenas por São Paulo.

De acordo com os dados apresentados nesta terça-feira (15) pelo secretário da Fazenda do Estado, **Manoel Vitória**, durante audiência pública virtual sobre as **finanças estaduais** promovida pela Assembleia Legislativa, o governo baiano já investiu R\$ 15,4 bilhões desde 2015, ante R\$ 46,7 bilhões do governo paulista.

Se considerado apenas o primeiro quadrimestre deste ano, a Bahia também fica na vice-liderança entre os estados. Foram R\$ 587,2 milhões de janeiro a abril, enquanto o líder São Paulo investiu R\$ 1,06 bilhão. 'É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o

orçamento de São Paulo é cinco vezes maior', afirmou Vitória.

A chave para esta performance é o **equilíbrio fiscal** obtido via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da **arrecadação**, explicou o secretário da Fazenda, lembrando que a Bahia acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo governo baiano e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos **investimentos**. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente.

Impulsionar a economia

Priorizar os **investimentos** é uma diretriz do governador **Rui Costa** para enfrentamento da crise, lembrou o secretário. **Investimentos** são recursos aplicados diretamente em obras e ações que ampliam a infraestrutura e a prestação de serviços à população e ajudam a impulsionar a economia, por isso temos feito um grande esforço, ao longo de todos estes anos de sucessivas crises econômicas no Brasil, para manter o ritmo de desembolsos com este gasto qualificado', afirmou Vitória.

Transporte, urbanismo, saúde, saneamento, segurança e educação são as áreas com maior concentração de recursos investidos pelo governo baiano, incluindo a expansão do metrô e outras obras de **mobilidade urbana**, como o **VLT do Subúrbio** Ferroviário, a

construção e recuperação de rodovias e a construção de nove hospitais e 16 policlínicas de saúde nos últimos anos, o que tem sido determinante para que a Bahia se mantenha entre os estados brasileiros com menor taxa de letalidade durante a pandemia.

Qualidade do gasto

A qualificação do gasto público, explicou o secretário, é um dos fatores para o bom desempenho fiscal da Bahia. Trata-se de um **trabalho** permanente, deflagrado na primeira gestão do atual governo, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio, o que permitiu ao Estado obter economia real de R\$ 7,8 bilhões com o custeio da máquina desde 2015. 'Esta economia libera recursos para manter o Estado funcionando e seguir ampliando os **investimentos**', afirmou Vitória.

Do outro lado da equação está o crescimento da receita. Como resultado da modernização tecnológica do **fisco**, do combate à sonegação e do esforço dos servidores **fazendários**, lembrou Vitória, a **arrecadação** do **ICMS** baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de **arrecadação** do imposto agora corresponde a 5%. Esta participação era de 4,22% em 2012 e vem crescendo desde então.

Com as despesas sob controle e o bom desempenho nas receitas, o Estado apresentou no primeiro quadrimestre de 2021 um resultado primário melhor que o de 2020, observou Vitória, ressaltando no entanto que o cenário econômico brasileiro ainda é instável. 'É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, há o risco de piora nos índices da pandemia e este quadro pode afetar o

desempenho econômico do país no segundo semestre'.

Baixo endividamento

Manoel Vitória observou ainda que o governo baiano iniciou 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, um dos melhores perfis do país, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela **Lei de Responsabilidade Fiscal** (LRF), que é de 200%. 'Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endivitem até o limite de duas vezes a receita', lembrou o secretário.

A situação é bem mais confortável que a dos maiores estados do país: o Rio de Janeiro tem uma dívida que equivale a 281% da receita, no Rio Grande do Sul a relação é de 206%, em Minas Gerais, de 176% e em São Paulo, de 149%.

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Investimentos | SERIN - Secretaria de Relações Institucionais - Rui Costa | Procuradoria Geral do Estado - ICMS, Arrecadação | Casa Civil - VLT do Subúrbio | SEDUR - Secretaria de Desenvolvimento Urbano - VLT | SEPLAN - Secretaria do Planejamento - Mobilidade Urbana, VLT do Subúrbio | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - Trabalho | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Manoel Vitória, FISCO, Finanças Estaduais, Fazendários, Arrecadação, ICMS, Lei de Responsabilidade Fiscal, Equilíbrio Fiscal

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/06/2021	



Bahia mantém ritmo de investimentos e já soma R\$ 15,4 bilhões desde 2015

15 junho 2021

Mesmo com as incertezas ainda presentes na economia brasileira devido ao atraso na vacinação contra a Covid-19 e à ameaça de nova piora da crise sanitária, a Bahia segue com as contas em dia e baixo endividamento e mantém o ritmo dos investimentos públicos, com volume total superado apenas por São Paulo.

De acordo com os dados apresentados nesta terça-feira (15) pelo secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório, durante audiência pública virtual sobre as finanças estaduais promovida pela Assembleia Legislativa, o governo baiano já investiu R\$ 15,4 bilhões desde 2015, ante R\$ 46,7 bilhões do governo paulista.

Se considerado apenas o primeiro quadrimestre deste ano, a Bahia também fica na vice-liderança entre os estados. Foram R\$ 587,2 milhões de janeiro a abril, enquanto o líder São Paulo investiu R\$ 1,06 bilhão. “É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior”, afirmou Vitório.

A chave para esta performance é o equilíbrio fiscal obtido via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da arrecadação, explicou o secretário da Fazenda, lembrando que a Bahia acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar saúde fiscal dos estados e municípios. A classificação atesta a boa gestão das contas pelo governo baiano e o torna apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos investimentos. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: Liquidez, Endividamento e Poupança Corrente.

Impulsionar a economia

Priorizar os investimentos é uma diretriz do governador Rui Costa para enfrentamento da crise, lembrou o secretário. “Investimentos são recursos aplicados diretamente em obras e ações que ampliam a infraestrutura e a prestação de serviços à população e ajudam a impulsionar a economia, por isso temos feito um grande esforço, ao longo de todos estes anos de sucessivas crises econômicas no Brasil, para manter o ritmo de desembolsos com este gasto qualificado”, afirmou Vitório.

Transporte, urbanismo, saúde, saneamento, segurança e educação são as áreas com maior concentração de recursos investidos pelo governo baiano, incluindo a expansão do metrô e outras obras de mobilidade urbana, como o VLT do Subúrbio Ferroviário, a construção e recuperação de rodovias e a construção de nove hospitais e 16 policlínicas de saúde nos últimos anos, o que tem sido determinante para que a Bahia se mantenha entre os estados brasileiros com menor taxa de letalidade durante a pandemia.

Qualidade do gasto

A qualificação do gasto público, explicou o secretário, é um dos fatores para o bom desempenho fiscal da Bahia. Trata-se de um trabalho permanente, deflagrado na primeira gestão do atual governo, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio, o que permitiu ao Estado obter economia real de R\$ 7,8 bilhões com o custeio da máquina desde 2015. “Esta economia libera recursos para manter o Estado funcionando e seguir ampliando os investimentos”, afirmou Vitório.

Do outro lado da equação está o crescimento da receita. Como resultado da modernização tecnológica do fisco, do combate à sonegação e do esforço dos servidores fazendários, lembrou Vitório, a arrecadação do ICMS baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de arrecadação do imposto agora corresponde a 5%. Esta participação era de 4,22% em 2012 e vem crescendo desde então.

Com as despesas sob controle e o bom desempenho nas receitas, o Estado apresentou no primeiro quadrimestre de 2021 um resultado primário melhor que o de 2020, observou Vitório, ressaltando no entanto que o cenário econômico brasileiro ainda é instável. “É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, há o risco de piora nos índices da pandemia e este quadro pode afetar o desempenho econômico do país no segundo semestre”.

Baixo endividamento

Manoel Vitório observou ainda que o governo baiano iniciou 2021 com a dívida consolidada líquida equivalendo a 50% da receita corrente líquida, um dos melhores perfis do país, muito abaixo do limite máximo estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 200%. “Significa que a Bahia poderia hipoteticamente pagar sua dívida com metade da receita, enquanto a lei considera aceitável que os estados se endividem até o limite de duas vezes a receita”, lembrou o secretário.

A situação é bem mais confortável que a dos maiores estados do país: o Rio de Janeiro tem uma dívida que equivale a 281% da receita, no Rio Grande do Sul a relação é de 206%, em Minas Gerais, de 176% e em São Paulo, de 149%.

Fonte: Ascom/Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz)

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/06/2021	



Nota Premiada Bahia disponibiliza bilhetes para sorteio de junho

15 junho 2021



Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os bilhetes para o sorteio de mensal de junho da Nota Premiada Bahia já podem ser consultados pelos participantes que realizaram compras com a inclusão do CPF na nota ao longo do mês passado. Para visualizá-los, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login, escolher a opção "Minha Conta" > "Bilhetes" e filtrar a busca pelo mês de maio de 2021. A relação de ganhadores será publicada no dia 17 de junho, no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

Além do sorteio regular, que vai distribuir um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, em junho, a Nota Premiada Bahia também vai realizar o sorteio especial do milhão. No próximo dia 30, um participante vai ganhar, sozinho, o prêmio milionário. O sorteio especial vai considerar os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano, que também podem ser consultados no site da Nota Premiada Bahia filtrando a busca por cada mês e pelo tipo de sorteio.

Responsável pela campanha, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) explica que quem perdeu a chance de concorrer nos sorteios de junho pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer em julho. Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, informar o CPF a cada compra realizada em estabelecimentos baianos. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 611 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no Sua Nota é um Show de Solidariedade, que hoje somam 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse está sendo realizado, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Nota Premiada Bahia disponibiliza bilhetes para sorteio de junho



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: Mateus Pereira/GOVBA

Os bilhetes para o sorteio de mensal de junho da **Nota Premiada Bahia** já podem ser consultados pelos participantes que realizaram compras com a inclusão do CPF na nota ao longo do mês passado. Para visualizá-los, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login, escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes' e filtrar a busca pelo mês de maio de 2021. A relação de ganhadores será publicada no dia 17 de junho, no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

Além do sorteio regular, que vai distribuir um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, em junho, a **Nota Premiada Bahia** também vai realizar o sorteio especial do milhão. No próximo dia 30, um participante vai ganhar, sozinho, o prêmio milionário. O sorteio especial

vai considerar os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano, que também podem ser consultados no site da **Nota Premiada Bahia** filtrando a busca por cada mês e pelo tipo de sorteio.

Responsável pela campanha, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) explica que quem perdeu a chance de concorrer nos sorteios de junho pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer em julho. Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, informar o CPF a cada compra realizada em estabelecimentos baianos. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 611 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse está sendo realizado, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

Nota Premiada Bahia disponibiliza bilhetes para sorteio de junho; saiba como adquirir



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os bilhetes para o sorteio de mensal de junho da **Nota Premiada Bahia** já podem ser consultados pelos participantes que realizaram compras com a inclusão do CPF na nota ao longo do mês passado. Para visualizá-los, basta acessar o site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, fazer login, escolher a opção 'Minha Conta' > 'Bilhetes' e filtrar a busca pelo mês de maio de 2021. A relação de ganhadores será publicada no dia 17 de junho, no site da campanha e nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook.

Além do sorteio regular, que vai distribuir um prêmio de R\$ 100 mil e 90 de R\$ 10 mil, em junho, a **Nota Premiada Bahia** também vai realizar o sorteio especial do milhão. No próximo dia 30, um participante vai ganhar, sozinho, o prêmio milionário. O sorteio especial vai considerar os bilhetes gerados entre 1º de março de 2019 e 31 de maio deste ano, que também podem ser

consultados no site da **Nota Premiada Bahia** filtrando a busca por cada mês e pelo tipo de sorteio.

Responsável pela campanha, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba) explica que quem perdeu a chance de concorrer nos sorteios de junho pode se cadastrar ainda neste mês para concorrer em julho. Para participar da Nota Premiada, basta se cadastrar uma única vez, preenchendo o formulário disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e, após essa etapa, informar o CPF a cada compra realizada em estabelecimentos baianos. O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições filantrópicas que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 611 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1587 pessoas, das quais 1013 moram na capital, 573 no interior e uma fora do estado. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no **Sua Nota é um Show de Solidariedade**, que hoje somam 544. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 37,8 milhões para estas entidades. Novo repasse está sendo realizado, elevando esta cifra para R\$ 40,8 milhões.

Fonte: Ascom/ Sefaz

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show

de Solidariedade

Veículo: Bahia.ba	
Data: 16.06.2021	Caderno: Economia

Publicado em 16/06/2021 às 09h15.

Rui nega aumento do ICMS na Bahia: ‘É calúnia’

Governador chamou de 'fake news' o reajuste sobre a tributação do produto Foto: Reprodução/Instagram

O governador Rui Costa (PT) negou que tenha aumentado o valor do ICMS sobre combustíveis na Bahia. Durante o Papo Correria desta terça-feira (15), o petista demonstrou indignação com a distribuição do que ele chamou de ‘fake news’ sobre a tributação do produto.

“Não fizemos nenhum aumento do percentual do ICMS. Por exemplo, o do diesel, a Bahia tem o menor percentual de ICMS do Brasil. É calúnia, mentira de quem é irresponsável. Na época de Dilma tinha gente que fazia vídeo em posto para criticar a gasolina que estava a R\$ 2,35. Hoje essas pessoas estão caladas ou divulgando fake news. O estado da Bahia não fez e não dará nenhum aumento de ICMS. Quem é responsável pelo aumento dos combustíveis do Brasil é a incompetência da seita de pessoas que não tem capacidade de governar”, desabafou Rui.

Na semana passada a [oposição na Assembleia Legislativa](#) teceu duras críticas à tributação de combustíveis no estado. O deputado Sandro Régis (DEM) afirmou que “o governo tem adotado uma política de aumentos sucessivos do ICMS, o que prejudica o setor produtivo e, conseqüentemente, a geração de empregos”.

Veículo: Política livre	
Data: 16.06.2021	Caderno: Economia

15 de junho de 2021 | 20:38

Além de contas do governador, Assembleia aprova cinco projetos em sessão virtual

BAHIA

Na tarde desta terça-feira, (15), o presidente da Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), deputado Adolfo Menezes (PSD), utilizou o plenário da Casa para presidir a sessão extraordinária de forma online, que aprovou seis projetos de lei, quatro deles do Poder Executivo.

O primeiro projeto de nº 2.937/2021, relatado pela deputada Fátima Nunes (PT), renovou o estado de calamidade pública dos municípios de Ribeira do Amparo e Alagoinhas. Os parlamentares entenderam que as regiões continuam sendo afetadas pela pandemia da Covid-19.

O segundo foi o de nº 141/2021, que altera a Lei Complementar 34, de 6 de fevereiro de 2009 e dispõe sobre transição de cargos da Procuradoria Geral do Estado. O projeto foi apreciado pelo deputado Tiago Correia (PSDB).

O projeto 24.180/2021, de autoria do Poder Executivo, foi o terceiro a ser aprovado de forma integral. A relatoria foi da deputada Fabíola Mansur (PSB), presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia. A matéria dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica. De acordo com a parlamentar, “a nova lei vai fomentar, dar agilidade e flexibilizar as relações de parcerias com o setor produtivo e industrial da Bahia”.

Rosemberg Pinto (PT) como relator do quarto PL 24.195/2021, também de autoria do Executivo, que autoriza o Estado a celebrar termos aditivos aos contratos com a União, explicou que esse é um projeto de adequação ao governo federal feito anualmente.

O quinto Projeto de Lei 23.754/2020, relatado pelo deputado Marcelino Galo (PT), também de autoria do Poder Executivo, altera o Quadro Especial da Casa Civil.

Um dos momentos mais aguardados do dia, foi a votação das contas do governo do estado, referente ao exercício de 2017. Dos 53 deputados, 37 deram parecer favorável, 12 contra e 4 abstiveram. O projeto 2.509/2019, da Comissão de Finanças, foi votado em primeiro e segundo turno, por meio de voto secreto (veja [aqui](#)).

“É uma emoção estar de volta ao plenário, por se tratar de uma votação secreta, tivemos que utilizar o aparato tecnológico aqui do plenário. Quero parabenizar todos os deputados, porque foram votados nesta tarde até o início da noite, projetos que mudam o marco da ciência e tecnologia, projeto que altera o quadro da PGE, da casa Civil, termo aditivo para que o Governo da Bahia possa celebrar contratos com o governo federal, entre vários projetos que beneficiam municípios em calamidade pública. E as contas do governador que também foram aprovadas”, destacou o presidente Adolfo Menezes.

Arrecadação cresce mais nos Estados de janeiro a abril

Receita dos governos estaduais subiu 17,5%, contra 12,8% das prefeituras em quatro meses

Por Marta Watanabe — De São Paulo

16/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas





Giovanna Victer, secretária de Fazenda de Salvador: pressão nos gastos municipais com saúde e no transporte — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A segunda onda de covid-19 mudou tendência anterior à pandemia em que as receitas tributárias dos municípios avançavam em ritmo mais acelerado que a dos Estados. Enquanto a arrecadação de impostos, taxas e contribuições das capitais cresceu 12,8% nominais de janeiro a abril deste ano em relação ao ano passado, a dos Estados avançou 17,5%.

Considerada conjuntural por analistas e prefeituras, a mudança no comportamento da arrecadação vem acompanhada de preocupação em relação à evolução dos gastos com saúde, que se mantêm mais pressionados nas capitais, com expansão de 16,2% contra 9,3% dos Estados, na mesma comparação. Apesar desse descompasso, as despesas correntes como um todo evoluem em ritmo parecido, com alta de 7,1% nas capitais e de 6,9% nos governos estaduais.

O aumento de preços de combustíveis e de tarifas de energia elétrica, além de retomada mais rápida do setor do comércio do que do de serviços, são fatores que contribuíram no primeiro quadrimestre de 2021 para um crescimento mais acelerado da arrecadação do principal tributo recolhido pelos Estados, o Imposto

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em relação ao Imposto sobre Serviços (ISS) administrado pelos municípios.

Os dados consideram receitas realizadas e despesas liquidadas de 25 capitais que entregaram seus relatórios à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ficou de fora a prefeitura de Porto Velho. Os dados das capitais foram comparados com o do conjunto dos respectivos Estados. Os gastos da saúde são os totais na área, incluindo pessoal, custeio e investimento.

O economista Kleber Castro, sócio da Finance Consultoria, pondera que o crescimento da arrecadação tanto em âmbito municipal e estadual precisam levar em consideração a inflação acelerada e também parte da base de comparação, já que em abril do ano passado as receitas tributárias já começavam a sofrer o impacto da pandemia. De qualquer forma, diz, o descompasso que coloca a receita municipal para trás é conjuntural e está relacionado à dinâmica da atividade. O que puxou o Produto Interno Bruto (PIB) de janeiro a março, diz, foram o agronegócio e a indústria, o que favorece mais a arrecadação do ICMS estadual do que do ISS municipal.

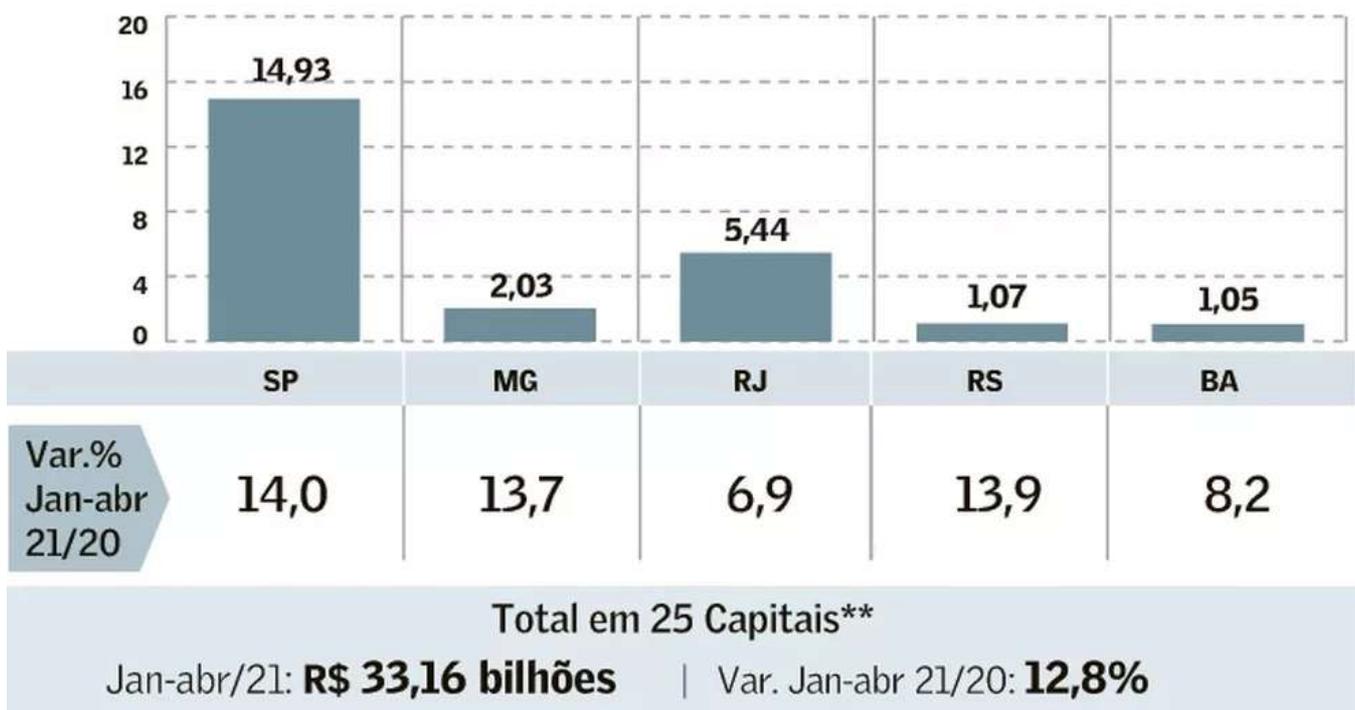
Arrecadação mais acelerada nos Estados

Receita tributária em locais selecionados* - em R\$ bilhões

Estado - Jan-abr/21



Capital - Jan-abr/21



Fonte: STN/Siconfi. *Considerando impostos, taxas e contribuições. ** Sem Rondônia entre os Estados e Porto Velho entre as capitais

— Foto:

No caso dos municípios, diz Castro, há uma heterogeneidade maior na estrutura de arrecadação, embora capitais maiores consigam manter mais arrecadação de ISS

sobre a parcela de serviços prestados às empresas, que sofreram menos impactos com as medidas de isolamento social do que os serviços prestados às famílias.

Giovanna Victer, secretária de Fazenda de Salvador, avalia que a conjuntura dos primeiros meses do ano, de modo geral, favoreceu mais os governos estaduais do que os municipais tanto nas receitas como nas despesas. A indústria, diz, menos impactada pelas medidas mais restritivas de isolamento social com a segunda onda da pandemia, faz parte da base de tributação do ICMS, favorecida também com o aumento dos combustíveis e da tarifa de energia elétrica.

Em alguma parte, pondera, esse bom desempenho do tributo estadual chega aos municípios pela cota-parte do ICMS, ao mesmo tempo em que as transferências federais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) também ajudaram. As prefeituras, diz ela, têm feito um esforço de arrecadação que favoreceu as receitas de outros tributos como IPTU, cobrado sobre propriedade de imóveis urbanos, e do ITBI, recolhido na compra e venda de imóveis. Pelo relatório fiscal, a arrecadação com impostos, taxas e contribuições no primeiro quadrimestre deste ano somou R\$ 1,05 bilhão em Salvador, com alta de 8,2% nominais contra igual período de 2020. Já a arrecadação do Estado da Bahia somou R\$ 9,87 bilhões, com alta de 17,8% em igual comparação.

A preocupação, diz Giovanna, é com a evolução das despesas, entre as quais se destacam as do transporte público municipal e as com saúde. A necessidade de ampliar rapidamente o número de leitos durante a segunda onda e a montagem e manutenção de equipes de vacinação contribuíram para o aumento de gastos na área, diz. Segundo o relatório fiscal da capital baiana, houve alta de 18,1% nos gastos na saúde de janeiro a abril deste ano contra iguais meses de 2020. O aumento, conta ela, demandou a alocação de recursos do Tesouro para a área.

O transporte urbano, cita ela, é outro desafio porque a pandemia trouxe um desequilíbrio econômico para o setor, com a redução de demanda e a necessidade de manter os ônibus rodando com menor ocupação. Até 2019, diz ela, o setor se mantinha com a arrecadação de tarifas. No ano passado a prefeitura precisou colocar R\$ 80 milhões no transporte e para este ano o gasto é calculado em mais de R\$ 100 milhões, diz Giovanna.

A expectativa, explica ela, é que em agosto, conforme a cobertura vacinal, a prefeitura possa avaliar o andamento de receitas e verificar se é possível desmobilizar parte da estrutura da saúde montada para a pandemia. “Precisaremos de um freio de arrumação, mas as expectativas estão permeadas por muitos riscos”, diz, citando a incerteza sobre uma terceira onda de covid-19, o sucesso da vacinação e sua eficácia contra novas variantes.

Em Aracaju a preocupação com a manutenção da estrutura de saúde é parecida, diz Jeferson Passos, secretário de Fazenda do município. A receita tributária da prefeitura cresceu 9,6% de janeiro a abril deste ano contra igual período do ano passado enquanto os gastos com saúde avançaram 14,7%.

Segundo Passos, os esforços estão direcionados para a saúde e para a assistência social. Com cautela na execução de gastos, diz ele, os investimentos devem ter queda este ano em relação a 2020. O município está preparado para um aumento de até 20% nos gastos com saúde. No pico da segunda onda, diz ele, as internações por covid-19 subiram 69% em relação ao topo do ano passado, o que demandou maior oferta de leitos e de serviços.

Em Curitiba, um Refis de tributos municipais e uma taxa recorde em seis anos no recolhimento do IPTU à vista fizeram a receita tributária ter um comportamento diferente da maior parte das capitais, explica Vitor Puppi, secretário de Finanças do município. A receita curitibana com impostos, taxas e contribuições avançou 29% no primeiro quadrimestre deste ano em relação a igual período de 2020. No mesmo período, a arrecadação do governo paranaense cresceu 12%. Puppi explica que a receita do município deve se ajustar no decorrer do ano, diluindo assim efeitos do parcelamento e das receitas sazonais de início de ano.

Do lado das despesas, diz Puppi, a preocupação é que, mesmo com a melhora da pandemia, os gastos com saúde devam manter pressão, em razão do represamento de procedimentos eletivos. Além disso, a volta à normalidade deve demandar também mais gastos com educação.

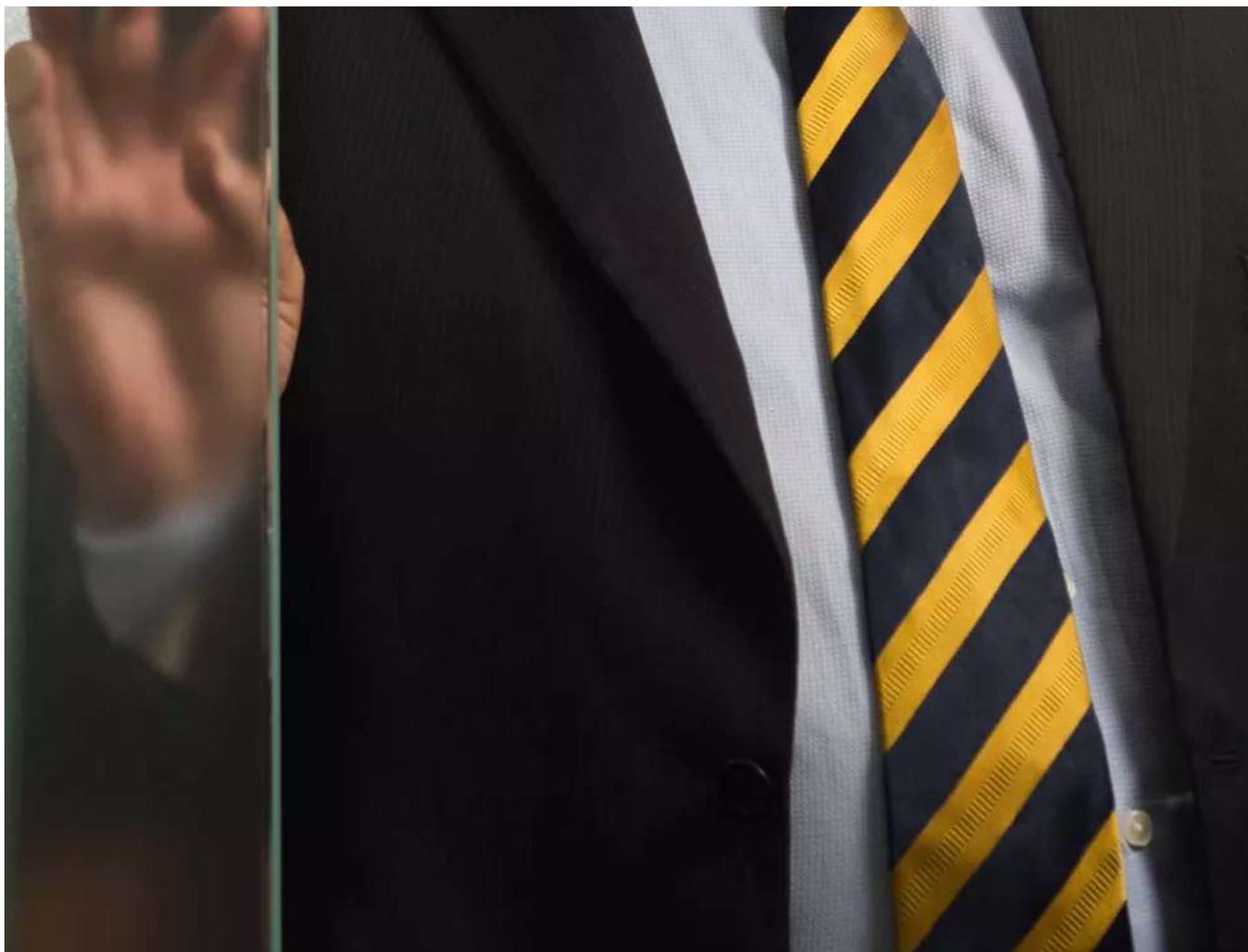
Estados veem bomba fiscal em julgamento sobre ICMS

Discussão no STF pode causar impacto bilionário a governos

Por Fabio Graner e Beatriz Olivon — De Brasília

16/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas





George Santoro: compensações serão inescapáveis se Estados perderem — Foto: Silvia Zamboni/Valor

Entrou na pauta do Plenário Virtual do Supremo Tribunal Federal (STF) uma discussão considerada pelos Estados como uma verdadeira bomba fiscal, com custo estimado em R\$ 26,7 bilhões ao ano. O julgamento em curso é sobre a validade de

estimado em R\$ 26,7 bilhões ao ano. O julgamento em curso é sobre a validade de alíquotas diferenciadas do ICMS cobrado sobre o fornecimento de energia elétrica e serviços de telecomunicação.

Os percentuais incidentes são questionados por grandes consumidores por serem cobrados em patamar superior ou semelhante às alíquotas de produtos supérfluos, como bebidas alcoólicas.

Por enquanto, dos onze ministros, três votaram já na sexta-feira, quando o tema entrou na pauta, pela alíquota de 17%, que é aplicada de forma geral pelos governos: o relator, ministro Marco Aurélio Mello, Dias Toffoli, que havia pedido vista no começo do ano, e Cármen Lúcia. Alexandre de Moraes votou a favor dos Estados em telecomunicações, mas contrário à cobrança sobre energia.

Com a abertura do Plenário Virtual e a clara tendência contrária a eles, os secretários estaduais ficaram assustados. Uma reunião ocorreu no fim de semana para discutir o que fazer e a hipótese de elevar alíquotas de outros produtos para compensar a perda entrou na mesa, além da possibilidade de uma emenda à Constituição para deixar claro que podem trabalhar com alíquotas diferenciadas.

O pânico diminuiu quando o ministro Gilmar Mendes pediu vista ao processo no sábado, mas em tese ele tem um mês para devolver a peça e o risco fiscal está colocado, por isso os governos locais estão se movimentando. Os Estados consideram que uma decisão contrária a eles, vista como prejudicial, ainda em maio

consideraram que uma decisão contrária a eles - vista como provável - ainda em meio à pandemia e com o orçamento já em execução é bastante delicada para a saúde fiscal e demandará reação imediata e dolorosa para compensar a perda.

“Os governadores devem buscar ainda essa semana os ministros do Supremo para explicar isso. Esse assunto foi imensamente discutido [no fim de semana], a preocupação é imensa e, caso isso aconteça [decisão contrária], existe uma compensação em outras áreas, vai pesar bastante”, disse ao **Valor** o diretor institucional do Comitê de Secretários Estaduais de Fazenda (Comsefaz), André Horta.

O secretário de Fazenda de Alagoas, George Santoro, vê grande probabilidade de perda nessa ação e reforça que, se isso de fato ocorrer, compensações serão inescapáveis. “Se o STF decidir contrário, ou os Estados perdem uma arrecadação muito grande ou vão ter que mudar as alíquotas por lei e elevar a carga tributária. Isso só piora o problema”, disse ao **Valor**, afirmando que os segmentos em discussão representam mais da metade da arrecadação de Alagoas.

Para ele, a discussão só reforça a necessidade de se avançar na reforma tributária completa, em tramitação no Congresso. “Os Estados têm clareza de que não dá mais para deixar o ICMS do jeito que está, ele foi construído em outra época. Talvez hoje o maior problema de transações econômicas no Brasil é o ICMS”, salientou, criticando o fatiamento da reforma.

A secretária de Fazenda do Ceará, Fernanda Pacobahyba, reforça a necessidade de reforma tributária e diz que a situação imposta pelo julgamento é muito preocupante. “É uma bomba atômica [para os Estados]”, disse, destacando que o Judiciário tem tomado uma série de decisões que geram graves perdas de receitas a esses entes.

No caso do julgamento em curso, explica, a questão da seletividade do ICMS pode impor ainda uma perda para o fundo de combate à pobreza, pois a legislação atual permite uma alíquota adicional de 2% sobre produtos não essenciais para esse programa. “Se a energia passa a ser tratada como produto essencial, esse adicional também não poderá ser cobrado”, disse.

O caso concreto em julgamento nasceu de um pedido das Leis Americanas contra

O caso concreto em julgamento nasceu de um pedido das Lojas Americanas contra a cobrança de ICMS em Santa Catarina sob a alíquota de 25%, em vez da alíquota de 17% usada para a maioria dos produtos no Estado. O impacto financeiro para SC é e uma perda de R\$ 96,6 milhões por mês - queda de 32% - na arrecadação do ICMS sobre energia, segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A PGE alega que o Judiciário não pode assumir competência constitucional atribuída ao legislador, que definiu a alíquota. Diz ainda não existir violação ao princípio da seletividade tributária, uma vez que o Estado fez o escalonamento de alíquotas de ICMS quanto às classes de consumidores de energia elétrica - pequenos produtores rurais e consumidores residenciais são tributados pela alíquota de 12%, e não 25% como em setores industriais e mercantis. Além disso, aponta que a Constituição diz que o ICMS pode ser seletivo em função da essencialidade, mas não é uma obrigatoriedade.

De acordo com Leandro Passos, sócio do Gaia Silva Gaede Advogados, que representa a Americanas, a Constituição permite que os Estados estabeleçam alíquotas variadas de acordo com a essencialidade do produto. Assim, se o produto for supérfluo, a tributação pode ser maior, o que não seria o caso de energia e telecomunicações.

O pedido é para as cobranças correntes e também para o que já foi pago, o que para os Estados é algo impensável. O advogado destaca que, entre os votos favoráveis, o ministro Dias Toffoli já indicou uma possível modulação, limitando a decisão para as cobranças a partir de 2022, para os Estados terem a possibilidade de se preparar e, para o passado, somente para quem já tiver entrado com ação.

De acordo com o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi, a cobrança diferenciada ofende o princípio constitucional da isonomia, já que as normas estaduais diferenciam os grandes consumidores das cooperativas, produtores rurais e pessoas físicas. "É um tratamento desigual entre contribuintes na mesma situação", afirma. Para ele, não há justificativa para a cobrança diferente nos casos de energia e telecomunicações.

[Ver comentários](#)

Projeto de Bolsonaro para unificar ICMS sobre combustível volta à pauta



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Depois de quatro meses de gaveta, a Câmara dos Deputados retoma nesta semana a votação do projeto de lei complementar do presidente Jair Bolsonaro que muda a maneira como o **ICMS** é aplicado sobre os combustíveis no país (PLP 16/2021)

Apresentado ainda em fevereiro, no auge das ameaças de novas greves nacionais por grupos de caminhoneiros, a proposta é mais uma tentativa do governo federal de tentar reduzir a volatilidade dos reajustes em um ano em que os aumentos foram especialmente fortes e que o preço do diesel, da gasolina e do etanol bateram recordes nas refinarias e nas bombas.

A principal mudança é que, em vez de ser cobrado em uma porcentagem do preço (que hoje varia de 25% a 34% na gasolina, por estado), o **ICMS** passe a ter um

valor fixo, em reais. O projeto também quer que o valor cobrado seja igual em todos os estados - hoje cada estado define a sua alíquota.

Além disso, a cobrança passaria a ser feita nas refinarias, que são quem produzem os combustíveis, de maneira a driblar a bitributação. Atualmente, o **ICMS** é aplicado nos postos, e acaba incidindo sobre os outros impostos (PIS, Cofins e a Cide), pagos nas etapas anteriores.

O valor do novo **ICMS** não está definido no projeto, e o governo federal nem pode arbitrar sobre ele, já que é um tributo da alçada dos governadores. A cobrança final seria definida depois de a lei ser aprovada, em conjunto com os estados. No ano passado, o **ICMS** custava, em média, pouco mais de R\$ 1,20 por litro no caso da gasolina no posto, ou pouco menos de 30% do preço total, de acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Além dos combustíveis para carros e caminhões, a proposta também unifica o **ICMS** de outros derivados como lubrificantes, gás natural, GLP e querosene.

Imposto não vai diminuir

O **ICMS** é, de fato, um dos maiores pesos no preço final do combustível na bomba. Na gasolina, por exemplo, responde por 28% do valor, em média. É quase o mesmo que o preço da própria gasolina, a matéria-

prima que sai da **refinaria** e que representa 30% do valor total. Pouco mais de 40% restantes embutem os outros impostos, custos, fretes, uma mistura obrigatória de etanol e as margens de lucro das empresas.

Especialistas concordam que um **ICMS** fixo é bem-vindo no sentido de ajudar a suavizar as variações muito bruscas de preços, mas reforçam que não é isso que acabará com o problema, já que são o dólar e a cotação internacional do petróleo que realmente dão o ritmo do custo final dos combustíveis.

Poucos acreditam também que a carga tributária ou preço final vão acabar menores após a mudança. A aposta mais provável é que, na média, o peso do tributo fique parecido com o atual, apenas reformulado na maneira de ser cobrado. 'O que a proposta faz é simplificar e dar mais previsibilidade para a cobrança', disse o diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (Cbie), Adriano Pires.

Falta de debate

Muitos também afirmam que a medida deveria ser feita de maneira menos atabalhoada e com uma discussão mais ampla, já que ela mexe numa das principais fontes de **arrecadação** dos estados e lida com uma questão muito sensível.

'O preço dos combustíveis está alto e a contribuição do **ICMS** para o valor final nos postos é relevante', afirmou a consultoria GO Associados em relatório. 'Todavia, em vista do expressivo peso da **arrecadação** do **ICMS** para os estados e da complexa tributação dos combustíveis, uma mudança na forma de se cobrar o **ICMS** sobre os

combustíveis merece atenção especial e ampla discussão entre os diversos atores econômicos envolvidos.'

O **ICMS** é a principal fonte de receita dos estados e, de acordo com a consultoria, de 15% a 30% de tudo o que eles arrecadam com o imposto vem dos combustíveis.

Preço sobe em São Paulo e desce no Rio

O **ICMS**, ou **Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços**, é um imposto estadual. As alíquotas são definidas pelos estados e variam bastante de um para o outro. Atualmente, elas vão de 25% a 34% para a gasolina, de acordo com a Fecombustíveis, federação que reúne os postos de gasolina. Para o diesel, as alíquotas variam de 12% a 25% e, no etanol, vão de 13% até 32%.

Isso significa que, caso o projeto de unificação vingue, os estados que hoje têm o **ICMS** mais baixo sairiam com a carga tributária final mais alta do que a atual: é o caso, por exemplo, de São Paulo, Santa Catarina, Roraima, Mato Grosso, Amapá, Amazonas e Acre, que cobram hoje a menor alíquota sobre a gasolina, de 25%.

Já os que cobram mais - caso do Rio, que cobra 34% na gasolina e tem o **ICMS** mais caro do país - sairiam com o preço final da gasolina mais barato.

Não à toa, há mais de 15 anos, e sem sucesso, o setor discute com o Congresso e o governo da vez tentativas de unificar o **ICMS** dos combustíveis em um valor igual

nacional, contou ao CNN Business o presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda, à época que Bolsonaro apresentou sua ideia.

'A ideia é boa, mas é difícil de conseguir, porque sempre há resistência dos estados. Alguns sairiam com **arrecadação** menor e, outros, maior', disse Miranda.
(CNN Brasil)

Assuntos e Palavras-Chave: SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Refinaria | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação, ICMS

Veículo: Gov Bahia	
Data: 15/06/2021	



Volume de serviços na Bahia cresce 22,4% em abril

15 junho 2021



Foto: Alberto Coutinho/GOVBA

O volume de serviços na Bahia apresentou crescimento de 22,4% em abril na comparação com o mesmo mês do ano anterior. As informações, divulgadas nesta segunda-feira (14), são da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), realizada pelo IBGE e sistematizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento (Seplan). Com relação à receita nominal de serviços, houve expansão de 26,3% na comparação com abril de 2020.

Para o vice-governador João Leão, secretário do Planejamento, a economia baiana mais uma vez apresenta sinais de recuperação. “O que os dados recentes têm nos revelado é que a economia do estado está voltando a crescer. Foi assim com o PIB do primeiro trimestre, com o resultado das exportações em maio e agora com o os serviços”, afirma.

Quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque, por ordem de magnitude, as atividades de Serviços prestados às famílias (125,4%), que contabilizaram a variação positiva mais expressiva e maior alta da série iniciada em 2012, após treze taxas negativas seguidas. Essa atividade também apresentou resultado superior aquele observado no mesmo mês do ano anterior (-76,2%). Seguido pela atividade de Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (41,7%), que também, registrou a variação positiva mais significativa e maior alta da série iniciada em 2012, e segunda variação positiva para esse ano. A atividade de Serviços profissionais, administrativos e complementares (8,1%) apresentou a segunda taxa positiva consecutiva neste ano, e Serviços de informação e comunicação, que não apresentava resultado positivo desde maio de 2017(0,6%), volta a crescer (0,2%). Em contrapartida, apenas a atividade de Outros serviços (-11,3%) desacelerou.

A receita nominal de serviços na Bahia cresceu 26,3%, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Quatro das cinco atividades puxaram o volume de serviços para cima, com destaque, por ordem de magnitude, as atividades de Serviços prestados às famílias (114,3%), seguido por Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (45,9%), Serviços profissionais, administrativos e complementares (11,2%), e Serviços de informação e comunicação (2,7%). Em contrapartida, apenas a atividade de Outros serviços (-8,9%) desacelerou.

A manutenção do agravamento da pandemia e a permanência de algumas medidas de contenção em algumas cidades, como toque de recolher, suspensão dos meios de transporte e a suspensão do funcionamento dos serviços não essenciais em toda a Bahia motivaram a retração de 1,2% do volume de serviços em abril na comparação com o mês imediatamente anterior.

Turismo

No que tange ao volume das atividades turísticas, houve expansão de 123% na comparação com o mesmo mês de 2020. A receita nominal do segmento para o mesmo período apresentou crescimento de 120%.

Na comparação com o mês imediatamente anterior, no entanto, a atividade apresentou retração de 3,1%, a exemplo do volume de serviços, motivada principalmente pelo agravamento da pandemia no estado, em que foi necessária a aplicação de medidas de contenção ao agravamento da crise, como o toque de recolher na maioria das cidades, e o fechamento das praias.

Fonte: Ascom/Seplan

Motoristas de aplicativo protestam por vacinação da categoria e redução de imposto



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Motoristas por aplicativo realizam uma manifestação nesta terça-feira (15), solicitando a inclusão da categoria no grupo de vacinação em Salvador. Os trabalhadores também pedem redução de impostos ligados ao preço do combustível.

"Estamos pleiteando a vacina para os motoristas de aplicativo, baixar o **ICMS** do combustível que está muito caro, um absurdo esse combustível, para motoristas de aplicativo que tem carro alugado e os que não tem também, está difícil de trabalhar", disse, ao Bahia Notícias, Ricardo Carvalho, motorista por aplicativo há três anos.

Ele também afirmou que o movimento realizado hoje contou com 400 motoristas, que percorreram as ruas do CAB até a sede da empresa Uber, na Avenida Tancredo Neves. O ato foi encerrado por volta das 12h40.

Ao Bahia Notícias, Ricardo disse que agora a categoria vai aguardar uma resposta do **governo do estado da Bahia** e das principais empresas, como Uber e 99.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia, Governo do Estado | SESAB - Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - Vacina | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - ICMS

DA REDAÇÃO

As primeiras 300 mil doses da vacina Sputnik V contra a Covid-19 devem desembarcar na Bahia em julho. A informação foi divulgada após uma reunião virtual ontem entre os governadores do Nordeste e o Fundo Soberano Russo, responsável pela negociação das vacinas com a Bahia e outros estados da região.

Até o final de junho, o Fundo Russo deverá entregar o cronograma de distribuição das doses. Ao todo, os governadores firmaram acordo para compra de 30 milhões de doses da vacina russa, mas os estados não poderão importar essa quantidade de vacinas, pois o imunizante foi aprovado no país com restrições.

Por determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada estado vai receber o suficiente para a imunização de 1% da população, ficando a Bahia com 300 mil doses, Pernambuco com 192 mil doses, Ceará com 183 mil, Maranhão com 141 mil, Piauí com 66 mil doses e Sergipe com 46 mil.

O imunizante não poderá ser aplicado em gestantes, lactantes, menores de 18 anos, mulheres em idade fértil que desejem engravidar nos próximos 12 meses, além de pessoas com enfermidades graves ou não controladas e antecedentes à anafilaxia.

Desigualdade

O secretário da Saúde de Salvador, Leo Prates, acusou o Ministério da Saúde de não distribuir as vacinas contra a Covid-19 já em aplicação no país de maneira igualitária.

“Não está tendo igualdade na distribuição de doses no Brasil. Como uma capital tem 79,9% da população vacinada, outra tem 45,3% e tem capital com parâmetro ainda menor?”, questionou em entrevista à rádio Metrópole.

Prates citou a vacinação de São Luís, no Maranhão,

REMESSA Por determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), cada estado vai receber o suficiente para vacinar 1% da população

Bahia receberá 300 mil doses da Sputnik V em julho



Olga Maltseva / AFP

Acordo de governadores foi para 30 milhões de doses, mas não há autorização para importar essa quantidade

Fundo Russo deverá entregar o cronograma de distribuição das doses até o final de junho

que já avançou para a imunização de pessoas com 26 anos ou mais. Salvador tem optado por garantir a aplicação de segunda dose e ainda não concluiu a vacinação dos grupos prioritários. Em relação à faixa etária, a capital baiana começou a imunizar pessoas com 50 anos ou mais no último sábado

(12). O secretário sugeriu que o ministério distribua as próximas remessas de modo que os municípios voltem a ter uma porcentagem equivalente de pessoas imunizadas. “O município que recebeu a mais deve ser abastecido dos lotes até que toda a população esteja no mesmo patamar”, defendeu o titular

da Secretaria Municipal da Saúde.

São Luís foi beneficiada com uma remessa extra de imunizantes no dia 24 de maio em decorrência do registro de casos da cepa indiana na cidade. O plano é aplicar a primeira dose em todo o público-alvo da cidade até 10 de agosto.

PANDEMIA

Rui Costa pede renovação de estado de calamidade

CÁSSIO SANTANA

O governador Rui Costa (PT) enviou para a Assembleia Legislativa do Estado (Alba) uma proposta que solicita a renovação do decreto de estado de calamidade pública em todo o território da Bahia.

Publicado no Diário Oficial do Legislativo de ontem, o pedido requer que a medida seja prorrogada até o dia 31 de dezembro.

Se aprovada, a proposta permite ao governo flexibilidade na gestão do orçamento para a destinação de recursos ao enfrentamento da crise sanitária, com regime fiscal, financeiro e de contratação extraordinários para mitigar os efeitos da pandemia.

Em mensagem encaminhada aos deputados estaduais, Rui explicou que o momento ainda suscita “gravidade” e defendeu a manutenção do estado de calamidade como medida de contenção e freio da propagação do novo coronavírus no estado.

“A segunda onda da Covid-19, cujos efeitos vêm sendo experimentados com crescimento das taxas de contaminação, adoecimento e morte, ainda impõe gravidade a este momento, do que se depreende a extensão da vigência da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, pelo Supremo Tribu-

nal Federal, mantendo-se as medidas adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do coronavírus, para proteção da coletividade”, afirmou o governador.

A Casa Civil do Governo, em nota, afirmou que a proposta de prorrogar o estado de calamidade acontece por conta dos “altos índices de óbitos, de ocupação de leitos de UTI e alta taxa de contágio do vírus” no estado. “Além disso, a falta de vacinas suficientes para imunizar a população baiana agrava a situação. O governo do estado segue trabalhando firme para minimizar os efeitos da pandemia e na luta por mais vacinas”, disse.

Líder da bancada de governo na Alba, o deputado Rosemberg Pinto (PT) defendeu a proposta de Rui e afirmou que a manutenção do estado de calamidade pública vai “criar as condições financeiras e estruturais para combater” a pandemia.

“O governador está cumprindo a tarefa de cuidar da saúde da população baiana, e com isso é necessário fazer diversos investimentos na área da saúde. O estado de calamidade pública é uma realidade no Brasil inteiro, não no mundo inteiro. O governo do estado apresenta a prorrogação do projeto para que ele possa internamente criar as condições financeiras



Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 9.9.2020

Governador enviou pedido à Assembleia Legislativa

e estruturais para combater essa pandemia que já levou milhares de famílias a esse sofrimento”, disse.

Arrecadação

Para Rui, diante da queda de arrecadação de tributos pelo estado por conta da pandemia, o estado de calamidade foi “ferramenta indispensável” para equilibrar as contas e salvaguardar os segmentos mais afetados pela doença.

“Houve a necessidade de manter medidas de proteção da população contra o vírus, mediante redução de interações sociais, fecha-

mento temporário de estabelecimentos comerciais, com a consequente manutenção dos trabalhadores em suas residências, o que, por consequência ensejou evidente desaceleração na produção, circulação e consumo de bens, comprometendo todo o ciclo da cadeia econômica, com grave reflexo na capacidade de arrecadação de tributos pelo estado. Não obstante tal fato, buscou-se possibilitar a setores impactados com tais medidas parcelamento de tributos e oferta de linha de crédito, devidamente divulgados”, disse.

VACINA

“Muito raras”, diz médica sobre reações graves



DANIEL GENONADIO

Não é difícil encontrar relatos de reações adversas após a imunização contra a Covid-19. Mas, quando esse efeito pode ser considerado prejudicial? Quando é preciso procurar uma unidade hospitalar após receber o imunizante? A médica Lígia Brito respondeu essas questões em entrevista ao programa Isso é Bahia, da rádio A TARDE FM.

“Quando passa de 72 horas de febre, uma dor muito forte de cabeça ou dor no corpo a gente deve procurar um médico. Os casos graves são muito raros, às vezes um caso a cada um milhão de vacinas aplicadas, mas que pode levar a uma trombose até um mês depois da vacina. Aqui no Brasil eu não soube de nenhum paciente que teve sintomas sérios. Os relatos são de dor no corpo, mal-estar, cansaço, mas que passa de repente. A maioria da população recebe a vacina e não sente nada”, explicou Lígia.

Outro problema encontrado durante a estratégia de vacinação é o que ficou conhecido na internet como “sommelier de vacina”. Ou seja, pessoas que preferem

ESTRATÉGIA

Vacinação de prioritários é retomada em Salvador

TÁCIO CALDAS

A prefeitura de Salvador retoma a partir de hoje a vacinação dos grupos prioritários seguindo as recomendações do Plano Nacional de Imunização (PNI). A campanha também contempla o público por faixa etária a partir dos 50 anos e as pessoas que buscam a 2ª dose para completar o esquema vacinal e têm data de retorno até 30 de junho. Além disso, as gestantes e puérperas seguem sendo atendidas, com postos de vacinação exclusivos.

O serviço ocorrerá das 8h às 16h. Os locais de vacinação de cada público podem ser consultados no site <https://filometro.saude.salvador.ba.gov.br/>, onde pode ser observado também o tamanho das filas para evitar aglomerações.

Para a vacinação por faixa etária, serão imunizados aqueles nascidos até 16 de junho de 1971.

Os trabalhadores da construção civil e da indústria com 18 anos ou mais devem estar com os nomes cadastrados no site da Secretaria Municipal da Saúde (SMS) e em pleno exercício das atividades na capital. Para se vacinarem, devem apresentar um documento oficial com foto e cópia impressa de contracheque ou carteira de trabalho atualizada ou contrato pessoa jurídica.

Já as gestantes e puérperas, além de nome na lista e um documento oficial com foto, devem apresentar, respectivamente, cópia impressa do laudo ou relatório médico ou caderneta da gestante e cópia impressa da declaração nascidos vivos (DNV) ou certidão de nascimento do bebê.

imunizantes de determinado laboratório ou tem restrição a alguma vacina específica.

“As pessoas ouvem um caso que teve na Europa ou nos EUA e ficam com receio de tomar vacina A ou vacina B. Vacina boa é a vacina que tem no momento. A gente precisa se vacinar. Qualquer vacina pode dar reação: pode ser contra gripe, sarampo, tétano. É muito comum em crianças, por exemplo. Toda vacina pode causar efeito colateral ou não, isso depende do organismo de cada um”, disse a médica.

Um dos imunizantes mais utilizados no Brasil, a Oxford/AstraZeneca causa receio em algumas pessoas após ter seu uso interrompido (e logo depois retomado) em alguns países para investigação de possíveis casos de trombose. Para Lígia Brito, não há motivos para a recusa à vacina, que foi “estigmatizada”.

“A AstraZeneca foi a que mais foram comunicados casos de trombose e que preocuparam as pessoas. Mas isso não aconteceu só com a AstraZeneca. A Janssen também teve casos de trombose, mas, como ela foi a primeira, parou o uso e voltou, ficou mais estigmatizada”, relatou. Estudos indicam que o controle da pandemia só será alcançado com uma porcentagem alta da população imunizada.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

FINANÇAS Com contas em dia e baixo endividamento, Bahia perde só para São Paulo no volume de investimentos

Bahia soma R\$ 15,4 bi em investimentos desde 2015

Shirley Stolze / Ag. A TARDE / 9.7.2019

Manoel Vitório apresentou números



DA REDAÇÃO

Mesmo com as incertezas ainda presentes na economia brasileira devido ao atraso na vacinação contra a Covid e à ameaça de nova piora da crise sanitária, a Bahia segue com as contas em dia e baixo endividamento e mantém o ritmo dos investimentos públicos, com volume total superado apenas por São Paulo.

De acordo com os dados apresentados ontem pelo secretário da Fazenda do estado, Manoel Vitório, durante audiência pública virtual sobre as finanças estaduais

promovida pela Assembleia Legislativa, o governo baiano já investiu R\$ 15,4 bilhões desde 2015, ante R\$ 46,7 bilhões do governo paulista. Se considerado apenas o pri-

Bahia acaba de obter a nota B em indicador do Tesouro que avalia a saúde fiscal

meiro quadrimestre deste ano, a Bahia também fica na vice-liderança entre os estados. Foram R\$ 587,2 milhões de janeiro a abril, enquanto São Paulo investiu R\$ 1,06 bilhão.

“É sempre importante ressaltar que investimos proporcionalmente mais, tendo em vista que o orçamento de São Paulo é cinco vezes maior”, afirmou Vitório.

A chave apontada para esta performance é o equilíbrio fiscal obtido via controle rigoroso dos gastos e melhoria do desempenho da arrecadação, explicou o secretário da Fazenda, lem-

brando que a Bahia acaba de obter a nota B na Capag (Capacidade de Pagamento), indicador produzido pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional para avaliar a saúde fiscal dos estados e municípios.

A classificação torna o governo baiano apto a contar com o aval da União na contratação de operações de crédito destinadas a novos investimentos. A Bahia saiu-se bem nas três categorias avaliadas pela STN: liquidez, endividamento e poupança corrente.

Qualidade do gasto

A qualificação do gasto público, explicou o secretário, é um dos fatores para o bom desempenho fiscal da Bahia. Trata-se de um trabalho permanente, deflagrado na primeira gestão do atual governo, envolvendo o controle de despesas em atividades-meio, o que permitiu ao estado obter economia real de R\$ 7,8 bilhões com o custeio da máquina desde 2015.

“Esta economia libera recursos para manter o estado funcionando e seguir ampliando os investimentos”, afirmou Vitório.

Do outro lado da equação está o crescimento da receita. Como resultado da modernização tecnológica do fisco, do combate à sonegação e do esforço dos servidores fazendários, lembrou Vitório, a arrecadação do ICMS baiano vem crescendo acima da média nacional nos últimos anos: a participação da Bahia no cômputo nacional de arrecadação do imposto agora corresponde a 5%. Esta participação era de 4,22% em 2012 e vem crescendo desde então.

Vitório ressaltou, no entanto, que o cenário econômico brasileiro ainda é instável. “É preciso manter a cautela e o controle sobre as despesas, porque o ritmo de vacinação segue muito lento e sujeito a interrupções, há o risco de piora nos índices da pandemia, e este quadro pode afetar o desempenho econômico”, disse.

ENERGIA

Proibição de corte é prorrogada

AGÊNCIA BRASIL

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu ontem que vai prorrogar por mais três meses a proibição de corte de energia por inadimplência para os consumidores de baixa renda. A informação foi repassada pelo diretor geral da Aneel, André Pepitone, durante audiência na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados para tratar da crise hídrica no país.

Em março, a Aneel havia decidido suspender o corte

de energia por inadimplência para esta faixa de consumidores até 30 de junho. Com a prorrogação aprova-

A proibição do corte para inadimplentes de baixa renda vai até o fim de setembro

da, a proibição vai valer até o fim de setembro.

A medida não isenta os consumidores do pagamento pelo serviço de energia elétrica, mas tem como objetivo garantir a continuidade do fornecimento para os que, em razão da pandemia do novo coronavírus, não têm condições de pagar a sua conta.

Famílias

A iniciativa, segundo a Aneel, deve beneficiar aproximadamente 12 milhões de famílias que estão inscritas

no Cadastro Único, com renda mensal menor ou igual a meio salário mínimo por pessoa. Também terão direito ao benefício famílias com portador de doença que precise de aparelho elétrico para o tratamento, com renda de até três salários mínimos, assim como famílias com integrante que receba o benefício de prestação continuada (BPC).

“Essas ações vêm permitindo resguardar o consumidor de energia elétrica mais carente”, disse Pepitone.

BOLETIM FGV

Corrente de comércio é recorde

AGÊNCIA BRASIL

A corrente de comércio – exportações mais importações – registrou em maio o maior valor na série histórica iniciada em 1997. O volume chegou a US\$ 54,6 bilhões em maio, crescimento de 58,2% em relação ao mesmo mês do ano passado.

O desempenho se repetiu na balança comercial que teve saldo positivo de US\$ 9,3 bilhões, o maior na série histórica e US\$ 2,5 bilhões acima do valor de maio de 2020. Os dados são do Bo-

letim de Comércio Exterior (Icomex) referente ao mês de maio, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Eco-

Volume chegou a US\$ 54,6 bilhões em maio, um crescimento de 58,2%

nomia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre).

De acordo com o indicador, a China foi a principal contribuição para o saldo positivo da balança comercial, com superávit de US\$ 19,1 bilhões, o que representa 70,4% do saldo global. Além da China, saldos positivos foram registrados nos demais países da Ásia e na América do Sul.

Acumulado

O superávit comercial no acumulado do ano até maio alcançou US\$ 27,1 bilhões, o

maior na série histórica. Na corrente de comércio foi o segundo valor mais elevado, chegando a US\$ 190,2 bilhões, inferior em US\$ 1,1 bilhão ao registrado em 2013. Na comparação com o acumulado de maio de 2020, o superávit comercial aumentou em US\$ 11,1 bilhões e a corrente de comércio em 26,2%, com resultado de US\$ 42,6 bilhões.

O instituto destacou que os índices de comércio exterior mostram variação positiva nos três grandes setores da indústria.



ACB EM FOCO

Diretoria eleita promete continuar gestão propositiva

Divulgação



A posse dos eleitos para o biênio 2021-23 acontece no dia 15 de julho

A Associação Comercial da Bahia (ACB) realizou eleições na última quinta-feira (10), quando decidiu pela continuidade dos trabalhos coordenados por Mário Dantas e Wilson Andrade, presidentes da diretoria executiva e mesa da assembleia, respectivamente. Em 15 de julho, quando a mais antiga entidade de classe empresarial do Brasil e das Américas completa 210 anos de trabalhos ininterruptos, acontece a posse dos eleitos para o biênio 2021-23.

Há mais de dois séculos com a responsabilidade de cuidar de pautas de interesse dos setores produtivos da economia, a ACB é protagonista de importantes capítulos da história de Salvador, da Bahia e do Brasil. Com a crise provocada pela pandemia do coronavírus, a ACB se reinventou mais uma vez para se manter atuante diante das necessidades dos empresários e da sociedade.

“Apesar de todas as dificuldades que a pandemia trouxe para todos os setores da economia e para as entidades, a ACB se fez presente e se engrandeceu nesse momento. O corpo de associados cresceu, se tornou mais forte, presente e representativo, contribuindo para o nosso papel fundamental na defesa dos legítimos interesses empresariais. Com responsabilidade e toda a parcimônia, priorizamos a preservação de vidas humanas e adotamos medidas que pudessem fazer com que a economia sobrevivesse. Seguiremos com postura proativa, no intuito de sugerir ações aos governos que possam ser mitigadoras da grave crise atual”, destacou o presidente Mário Dantas.

A tradição de união e trabalho é a marca da ACB que a atual gestão busca manter. “A diretoria executiva, a plenária e o conselho superior seguem o mesmo propósito de manter a casa viva e atuante, seja nas demandas da política empresarial ou nas questões sociais. Seguiremos nosso histórico de sugestões, encaminhamentos e solicitações em defesa da área empresarial, respeitando as demandas ambientais e sociais que cercam a nossa economia”, sugere o presidente do conselho superior, Wilson Andrade.

Reeleita vice-presidente da entidade, a empresária Rosemma Maluf acompanha o dia a dia da ACB há mais de duas décadas. Defensora da cultura associativista empresarial, ela resalta o papel da entidade para os empresários da Bahia e a importância da continuidade da gestão que demonstra resultados positivos. “É importante a continuidade dos projetos que se iniciaram na gestão anterior e buscar passar por este momento de pandemia realizando a nossa missão principal, que é a ação política em defesa da classe, sobretudo buscar ajuda para os pequenos e médios empresários que vivem no sufoco”.

Também reeleito vice-presidente e coordenador do Núcleo Jurídico da ACB, o empresário Paulo Cavalcanti destaca as soluções que contribuem para a geração de empregos, renda e bem-estar social para os baianos. “Entendemos que nosso associado precisa ser apoiado em diversas instâncias e o setor jurídico é um dos mais importantes para a atividade empresarial. Estamos sempre com um olhar macro para o Brasil, com ações e intervenções que garantam maior segurança jurídica para a nossa categoria”.

Além dos já citados, a diretora executiva conta ainda com Carlos Gantois, Marcos Cidreira, Teobaldo Costa, Marcelo Nogueira Reis, Ricardo Luzbel, Maria Constança Galvão, Ana Coelho, João Lopes Araújo e Pedro Galvão.

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

E a Faroeste espalha o medo no oeste, com um assassinato no bolo

O assassinato do agricultor Paulo Antônio Ribas Grandene anteontem, em Barreiras, consolidou o medo que paira no oeste baiano. O crime foi típico de mando, dois homens numa moto, um saltou e atirou. E Grandene não era um dos grandes produtores, mas um dos mais ativos na denúncia contra grilagem de terras.

A questão é que o esquema desnudado pela Operação Faroeste tinha várias ramificações e entre elas há a ponta de fazendeiros do agronegócio lá

envolvidos. Muitos dos denunciantes sofreram ameaças de morte, e o medo de falar sobre o caso espoca de ponta a ponta. Por isso, lá se diz: o assassinato de Grandene é no mínimo emblemático.

POLARIZAÇÃO – O jornalista Carlos Alberto Sampaio, do site JornalExpresso, de Luis Eduardo Magalhães, diz que a Faroeste é coisa grande. Envolve 366 mil hectares de terras. Se contar que o esquema cobrava 80 sacas por hectare e hoje a saca no menor preço

está a R\$150, a conta vai aí para mais de R\$ 4,3 bilhões.

A PF apontou 15 pessoas, entre eles quatro desembargadores e três juizes, todos acusados de vender sentenças em benefício de grileiros. O caso ainda tem extensões, além de Formosa do Rio Preto, o palco principal, na área do Estrondo, no Matopiba (encontro de divisas entre Mato Grosso, Piauí e Bahia), área de 270 mil hectares.

No oeste, o consenso é que o caso está longe do fim. E o pior, já tem um cadáver na conta.

Vereadores na Fraternos

O relatório da PF que determinou as prisões de Robério Oliveira, ex-prefeito de Eunápolis, Cláudia Oliveira, esposa dele e ex-prefeita de Porto Seguro, e o afastamento de Agnelo Santos, irmão dela, do mandato de prefeito de Santa Cruz Cabralia, todos do PSD, tinha o envolvimento de dois vereadores de Porto Seguro e um de Eunápolis.

A PF chegou aos vereadores porque, apesar das denúncias, sempre tiveram as contas aprovadas nas câmaras.

A hotelaria e o efeito Covid

O relatório divulgado ontem pela Federação Bahiana de Turismo e Hospitalidade (Fetur-BA) sobre o movimento nos maiores hotéis de Salvador em maio mostra que o mês foi o vice pior desde 2001, quando as medições começaram a ser feitas.

O índice de ocupação foi de 51,91%, um pouquinho maior que os 51,18% de maio de 2009. A hotelaria emerge na cena atual como um dos setores mais atingidos pela pandemia.

O know-how para Salvador

Um dos herdeiros do Sr. Albano Viera Fontes, dono da Fazenda Mirantes, que englobava boa parte de áreas nobres de Salvador, ajuizou na Justiça uma ação de prestação de contas.

Entre os envolvidos na cessão de contratos de direitos hereditários está a Sra. Geaciane Maturino, presa na Operação Faroeste, esposa de Adailton Maturino, um dos cabeças no esquema do oeste. A suspeita é que iriam trazer o know-how de lá para cá.



Michel Beto: 'É uma grande conquista do terceiro setor'

STF isenta entidades sem fins lucrativos de pagar IOF

Uma boa notícia para o chamado terceiro setor, o segmento de entidades que não são nem públicas nem do mercado: por unanimidade o STF decidiu que instituições sem fins lucrativos não devem pagar o imposto sobre operações financeiras (IOF) nas transações de curto prazo, como operações de empréstimos, contratação de seguros e rendimento de aplicações.

O advogado Michel Beto Castro Torres, que atuou no caso, chama a atenção para o detalhe: – A ação foi julgada sob o regime de concessão geral, ou seja, deve ser levada em conta em todos os processos que discuta essa questão. Isso quer dizer que cada entidade deve entrar na Justiça e postular também o direito a ressarcimento pelos últimos cinco anos.

REGISTROS

Ajuda turística 1

O Boletim de Conjuntura Econômica e Social de Ilhéus e Itabuna divulgado esta semana pelo Departamento de Economia da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc), relatando o desempenho da economia no primeiro trimestre deste ano, mostra que agora foi melhor que em 2020. A geração de emprego foi bem maior, e o turismo foi decisivo para isso.

Ajuda turística 2

O estudo cita que o período de veraneio, entre o fim de dezembro e janeiro, foi o melhor desempenho, mesmo fenômeno verificado em Itacaré e Porto Seguro. Ironia: o turismo que turbinou a economia também turbinou a segunda onda.

Papel da oposição

O deputado estadual Paulo Câmara (PSDB) é o convidado da vez do advogado Vivaldo Amaral para a série de lives *Café com Educação, Cultura e Atualidades*. Tema em debate: 'O papel da bancada de oposição na Assembleia'.

São João, o perigo

Em um olhar sobre os sites dos quatro cantos da Bahia dá para se ver duas coisas: a ocupação hospitalar é alta em todos os cantos. E os que quebram as restrições também.

A TARDE

Memória

O resgate da história da Bahia pelos olhos do **A TARDE**, que relata o cotidiano dos baianos desde o século passado.

Guardião da memória local, o Centro de Documentação (CEDOC) guarda toda essa história.

Valiosas revelações pela mestre e doutora em Antropologia e jornalista Cleidiana Ramos.

Todo sábado, no Jornal A TARDE, líder de circulação no Nordeste (impresso+digital)

IVC MARÇO /2021 SEGUNDA A DOMINGO ED.IMPRESA + DIGITAL - JORNAL A TARDE!

Acompanhe, também, em nossas plataformas:

Acesse o Portal A TARDE e acompanhe as notícias na hora em que elas acontecem

atarde.com.br

SINTONIZE
103,9 FM



DISPONÍVEL NO
Google Play

BAIXE NA
App Store

www.atardefm.com.br

Baixe nosso APP RADIOATARDEFM

Portal
A TARDE
.com.br

A TARDE FM
103.9 QUEM OLVEGOSTA

Jornal
A TARDE

A TARDE
COMUNICAÇÃO

BAHIA RECEBERÁ SPUTNIK V EM JULHO

VACINA Em julho, a Bahia receberá 300 mil doses da vacina russa Sputnik V. O acordo foi divulgado ontem, em reunião entre representantes do Fundo Soberano Russo e governadores do Nordeste, e anunciado pelo governador Rui Costa. O Fundo informou que entregará até o fim de junho o cronograma de distribuição das doses. “Nós ainda vamos definir quatro ou cinco cidades onde vamos aplicar essas vacinas na população adulta acima de 18 anos”, disse Rui.

RESERVISTAS DA PM SERÃO CONVOCADOS

CARGOS O governador Rui Costa anunciou ontem a convocação de 611 reservistas da Polícia Militar para voltarem a atuar em cargos não operacionais. A medida visa melhorar o trabalho da PM nas ruas, com a liberação de profissionais da ativa que atualmente atuam em regime administrativo. A lista dos convocados será publicada

no Diário Oficial do Estado (DOE) desta quarta-feira (16). O governador anunciou ainda que 54 novos investigadores da Polícia Civil serão nomeados. O governo estadual vai chamar ainda 306 professores e 42 coordenadores pedagógicos do concurso público realizado em 2017. A convocação também sairá no DOE de hoje.

ECONOMIA

Seca faz Aneel prever energia mais cara

NESTE NO E NO PRÓXIMO A crise hídrica avança e junto com ela o ataque ao bolso do consumidor. Em audiência ontem na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, afirmou que os baixos níveis dos reservatórios das hidrelétricas verificados neste momento já permite estimar uma alta de pelo menos 5% nas contas de luz em 2022. Ele também disse que a agência prepara mudanças que devem encarecer a conta de luz já nas próximas semanas, incluindo um aumento de mais de 20% na bandeira tarifária mais alta – que está em vigor atualmente e já adiciona R\$ 6,24 na conta para cada 100 kWh consumidos ao mês.

Ao contrário do que se vem especulando, Pepitone garantiu que não será criada uma nova faixa específica para este momento. Criado em 2015, o mecanismo das bandeiras tarifárias representa se haverá ou não cobrança adicional

A Agência decidiu ontem prorrogar por três meses a proibição de corte de energia por inadimplência dos consumidores de baixa renda

nas contas de luz dos consumidores, a depender das condições de geração de energia elétrica no País. Diante da seca histórica nos principais reservatórios das usinas hidrelétricas, o entendimento é de que será preciso aumentar os valores por conta do maior uso de usinas térmicas (que usa combustíveis fósseis e entregam uma energia mais cara), cuja operação é necessária para garantir o abastecimento.

O aumento do valor das bandeiras tarifárias é discutida pela Aneel desde março. Pela proposta inicial, No patamar 1 da bandeira vermelha, a taxa adicional pode subir de R\$ 4,169 para R\$ 4,599 a cada 100

quilowatts-hora (kWh) consumidos – aumento de 10%. No patamar 2, que está em vigor neste mês, o reajuste pode chegar a 21%, passando dos atuais R\$ 6,243 para R\$ 7,571.

"A geração do País subiu pelo fato de não termos água para gerar (energia) nas nossas hidrelétricas, essa energia será gerada nas térmicas. Logo, esse custo vai ser apresentado por meio do mecanismo das bandeiras", disse. Segundo ele, o valor deve superar o que foi previsto na proposta de revisão da agência. "Com certeza, esse valor ainda deve superar um pouco os R\$ 7, os 20%".



Jogador português pediu para trocar refrigerante por água

Cristiano Ronaldo faz Coca Cola perder R\$ 20 bilhões

IMAGEM Um único gesto de um dos maiores jogadores de futebol do mundo resultou em perdas de US\$ 5 bilhões (cerca de R\$ 20 bilhões) em valor de mercado para a Coca-Cola. O atleta em questão é o português Cristiano Ronaldo, que com a popularidade alcançada nos gramados também é uma máquina de vendas para diversas marcas. Em uma entrevista coletiva na última segunda-feira, ele afastou garrafas do refrigerante – um dos patrocinadores da Eurocopa – e pediu água. Naquele dia, a ação da Coca-Cola começou valendo US\$ 56,10 (o equivalente a R\$ 285) e, meia hora depois da entrevista, era negociada a US\$ 55,22 (aproximadamente R\$ 280), queda de 1,6%.

CAIXA ANTECIPA TERCEIRA PARCELA DO AUXÍLIO EMERGENCIAL

- **Nascidos em janeiro** recebem em 18/6; era 20/6
- **Nascidos em janeiro** recebem em 18/6; era 20/6
- **Nascidos em fevereiro** recebem em 19/6; era 23/6
- **Nascidos em março** recebem em 20/6; era 25/6
- **Nascidos em abril** recebem em 22/6; era 27/6
- **Nascidos em maio** recebem em 23/6; era 30/6
- **Nascidos em junho** recebem em 24/6; era 4/7
- **Nascidos em julho** recebem em 25/6; era 6/7
- **Nascidos em agosto** recebem em 26/6; era 9/7
- **Nascidos em setembro** recebem em 27/6; era para 11/7
- **Nascidos em outubro** recebem em 29/6; era para 14/7
- **Nascidos em novembro** recebem em 30/6; era 18/7
- **Nascidos em dezembro** recebem em 30/6; era para 21/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2021 A Prefeitura Municipal de Jacobina Bahia, torna a público que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº 008/2021 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) nº 016/2021, objetivando registro de preço para eventual aquisição gêneros alimentícios para alimentação escolar das escolas da rede municipal de ensino deste Município. Recebimento de propostas a partir do dia 28/06/2021 às 08:00hs, abertura de propostas serão no dia 29/06/2021 às 08:00min, com início da sessão de disputa de preço no dia 30/06/2021 às 09:00hs. O Edital está a disposição dos interessados nos endereços eletrônicos: <https://jacobina.ba.gov.br> e www.licitacoes-e.com.br. Qualquer informações complementares pelo tel: (74) 3621-2590. Anderson Andrade Nogueira – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAQUARA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico nº. 044/2021. cujo objeto é a Prestação de serviços de hospedagens na sede do município de Jaguaquara, para atender as demandas das diversas Secretarias Municipais de Jaguaquara/BA, por registro de preços, tendo em vista que o PE 043/2021 foi cancelado. Edital disponível no site www.licitacoes-e.com.br. Recebimento das propostas a partir do dia 16.06.2021 às 16:00 horas. Início da sessão de disputa no dia 06.07.2021 às 09:00 horas. Tel.: (73)3534-9550. Jaguaquara/BA, 16.06.2021. Elizivan Pereira – Pregoeiro.

Mineração Caraiá S/A CNPJ/MF nº 42.509.257/0001-13 - NIRE 29300019097
AVISO AOS AACIONISTAS
Comunicamos aos acionistas da Mineração Caraiá S.A. ("Companhia") que foram disponibilizados na sede da Companhia, localizada na Fazenda Caraiá, s/n, CEP 48.960-000, no Município de Jaguarari, Estado da Bahia, os documentos referidos no artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Jaguarari, 11 de junho de 2021.
MINERAÇÃO CARAIBA S.A.

SINDIMED
EDITAL DE CONVOCAÇÃO SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DA BAHIA - SINDIMED ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
O Sindicato dos Médicos no Estado da Bahia, SINDIMED, inscrito no CNPJ nº CNPJ13.505.045/0001-60, carta sindical nº 15.916 e 16.343/1941, com sede na Rua Macapá, 241, Ondina, Salvador-Bahia, convoca, pelo presente edital, todos os médicos trabalhadores do HOSPITAL DE CAMPANHA DE FEIRA DE SANTANA-Bahia, associados ou não ao Sindicato e no gozo de seus direitos, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 21 de junho de 2021, com início às 19:00 horas, em primeira convocação e às 19:30 horas em segunda convocação, observado o quorum estatutário, artigo 64, para debater a seguinte ordem do dia: 1) Atrasos nos pagamentos dos médicos; 2) Vínculos de trabalho com as contratantes S3 e Prefeitura Municipal de Feira de Santana; 3) Movimento de restrição de atendimentos; 4) O que ocorrer. A assembleia será realizada por meio da Plataforma ZOOM, cujo link será disponibilizado para todos os participantes.
Salvador, 14 de junho de 2021.
Ana Rita de Luna Freire Peixoto
Presidente SINDIMED

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DATA DA PRENOTAÇÃO: 17/03/2021
Helen Lirio Rodrigues de Oliveira, Oficial do Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição da Comarca de Salvador, Estado da Bahia, na forma da Lei, etc, em cumprimento do disposto no artigo 26, SO da Lei nº 9.514/97, vem intimar OMEGA BAHIA COMÉRCIO DE ALIMENTOS E VESTUÁRIOS LTDA CNPJ NO 06.355.095/0001-42N, A PESSOA DE SUA REPRESENTANTE LUCI ALMEIDA CPF NO 036.248.385-04, p or não ter sido notificado(a) pessoalmente pelo 20 Ofício de Registro de Imóveis e Documentos de Salvador/BA, em razão de ENCONTRAR-SE EM LOCAL IGNORADO OU INCERTO, conforme certificação de protocolo n. 126169, registro n. 491549, de 17/05/2021, respectivamente, para fins de cumprimento das obrigações contratuais, relativas ao contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária firmado com o BANCO BRADESCO S/A - CNPJ N O 60.746.948/0001-12, referente ao Apartamento de n os 1.101 de porta e 195.263 de Inscrição no Censo Imobiliário Municipal, integrante do Edifício Solar Príncipe Regente, sito à Av. Princesa Isabel, n o 112, Subdistrito da Vitória, zona urbana desta Capital. Matrícula n o 33.596 Assim, procedo a intimação de Vossa Senhoria, para que se dirija ao BANCO BRADESCO S/A - CNPJ NO 60.746.948/0001-12, no prazo improrrogável de 15 dias, contados a partir desta data, ficando Vossa Senhoria cientificado que o não cumprimento da referida obrigação no prazo estipulado, garante o direito da CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE do imóvel em favor do Credor Fiduciário. Dado e passado nesta cidade e comarca de Salvador, Estado da Bahia, aos 02 de junho de 2021.
Atenciosamente,
BELA HELEN LIRIO RODRIGUES DE OLIVEIRA - OFICIAL

NOG

DISTRIBUIDORA

(75) 3311-2977 / (75) 3221-1723

(75) 99981-5004 / (75) 99941-9881

UNIVERSO DAS TELHAS



DIVIDIMOS EM ATÉ

12X

EM ATÉ

4X

SEM JUROS

EM TODO O ESTADO DA BAHIA

Ivo Borré, da Fazenda Progresso, morre em SP

MEMÓRIA Ivo Borré, figura ímpar do agronegócio baiano, faleceu ontem em São Paulo onde estava internado para cuidar de problemas de saúde. Ele lutava bravamente contra um câncer. Seu Ivo, como era chamado, deixa esposa, filhos e netos, além de um legado de inovação e de confiança no poder do trabalho para gerar desenvolvimento socioeconômico. Gaúcho, chegou à Bahia ainda nos anos 1980 e com o passar dos anos, seu empreendimento, a Fazenda Progresso, em Ibi-coara e Mucugê, na Chapada Diamantina, virou referência em produção de batata inglesa e cafés especiais. Também chama a atenção a preocupação com a sustentabilidade ambiental e o uso de novas tecnologias adotadas pela fazenda. Nos últimos anos, ele e a família se dedicavam a um novo empreendimento, a produção de vinhos integrada a um hotel voltado para o enoturismo por meio da vinícola Uvva.

A história da família Borré na Bahia começou em 1984, época em que famílias do Rio grande do Sul desbravavam o país em busca de novas terras agriculturáveis. Ele e o pai, Pedro Hugo Borré, traziam na bagagem a tradição da soja, trigo e milho. Com poucos recursos, os Borré tiveram que vender a velha caminhonete da família para comprar terras entre os municípios de Mucugê e Ibi-coara. A princípio, tentaram cultivar soja e

Agricultor investia em tecnologia, inovação e sustentabilidade na sua fazenda em Mucugê



depois, feijão. Mas o clima não favorecia o cultivo de grãos. E a falta de infraestrutura também impedia a decolagem do negócio. Apesar das dificuldades, a família nunca desistiu. “Nunca deixei de acreditar no potencial do que estávamos fazendo”, disse em uma entrevista ao CORREIO. Cinco anos se passaram até que a família arrendou uma parte das terras para um grupo de japoneses dispostos a investir na plantação de batata inglesa. O cultivo deu certo e ao receber as

terras de volta, os Borré também passaram a plantar batata. “Eles (japoneses) trouxeram novas culturas, mais tecnologia, conhecimento e profissionais muito capacitados. Após a colheita deles, restou em nossa propriedade um saldo de batata no solo que resolvemos plantar em 1,8 hectares. A partir daí a batata se tornou o nosso principal negócio, e a área plantada começou a dobrar a cada novo ciclo”, contou.

De lá para cá, a Fazenda Progresso não parou de

inovar, investir em tecnologia, qualificação de mão de obra e novos cultivos. Depois da batata, eles começaram a produzir cafés especiais, tomate, cebola e uvas viníferas. As fazendas empregam mais de 600 funcionários permanentes, além de 250 temporários na época da colheita. Outros 400 postos de trabalho devem ser gerados nos próximos anos. “35 anos depois de chegar a Bahia, a sensação é de felicidade. Todo o esforço valeu a pena”, falou.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANSIDÃO
CNPJ N: 13.348.529/0001-42
AVISOS DE LICITAÇÃO – TP Nº 002/2021 e CHAMADA PÚBLICA 001/2021
AVISOS DE LICITAÇÃO – TP Nº 002/2021- Contratação de Empresa do ramo da construção civil para prestação de serviços na construção de Campos de Futebol Society no Município de Mansidão - BA, conforme proposta de nº 001999/2019, no dia 07/07/2021, às 09:00h. CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2021 - Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o município de mansidão, no dia 06/07/2021, às 10:30h. Edital através e-mail: licitacao@mansidao.ba.gov.br – Marcelo Cândido Lobo Rocha – Presidente da COPEL – Decreto nº 11/2021. Mansidão (BA), 15 de junho de 2021

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDOBAÇU
CNPJ N: 13.908.710/0001-66
PREGÃO PRESENCIAL 021/2021
O Município de Pindobaçu-BA realizará dia 28/06/2021 ÀS 09:00 HS: OBJETO: Prestação de serviço de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica para seis veículos pertencentes à frota oficial do Município de Pindobaçu, compreendendo: troca de óleo, mecânica, elétrica e lanternagem em geral, funilaria, vidraçaria, capotaria, pintura, com fornecimento de peças genuínas, originais e/ou similares e de materiais necessários ao perfeito funcionamento. O edital e anexo, encontram-se disponível no endereço eletrônico: <http://pmsb.emunicipio.com.br/pindobacu/transparencia/transparencia.municipal.php>. Ou através do email: licitacaomp21@hotmail.com. Gessica Luana Leite Santos - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA NOVA
CNPJ N: 13.894.894/0001-52
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 014/2021
A CPL da PM torna público que realizará em sua sede no dia 01/07/2021 às 14h00min PE-014/2021, conforme autorização contida no PA 061/2021. Objeto Eventual: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Pneus, protetor e Câmaras de ar para atender a demanda da frota do Município de Boa Nova. Através da plataforma www.bnc.org.br. Informações na PMBN, Av. Nossa Senhora da Boa Nova, das 8h às 12h. Tel. (77) 3433-2145. Boa Nova-BA, 16/06/2021-Marinaldo da R. Silva-Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABERABA
CNPJ N: 13.719.849/0001-75
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº PM029PRP-2021
O Município de Itaberaba (BA), através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, torna público que realizará licitação do tipo Pregão Presencial para registro de preço no dia 30/06/2021, às 09:30 hs. Local: Sala de Licitações, Rua Zulmira Silveira, s/n, Calitú, ITABERABA/BA (Próximo a Feira Nova). OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva para os tratores e máquinas pesadas da frota do município de Itaberaba, para atender as necessidades da oficina da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pelo período de 12 meses. INFORMAÇÕES - Fone (75) 3251-0593, no horário de expediente das 8:00 às 12:00hs, PREGOEIRO: Alfredo Enrique P. Neto, Itaberaba-BA, 16 de junho de 2021.

Salvador/BA, 11de junho de 2021.
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
O Presidente do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Estrela de Março, no uso de suas atribuições estatutárias, especialmente aquelas previstas nos artigos 13 e 14, convoca os membros da Assembleia Geral, para no dia 22 de junho, às 14:00, de forma virtual, na plataforma Google Meet, participar da Eleição e Possê dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Diretor e Conselho Fiscal, em face vacância dos cargos.

[Assinatura]
Presidente do Conselho Deliberativo do E.C. Estrela de Março

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO DESIDÉRIO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2021. A Prefeitura Municipal de São Desidério torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Nº 001/2021, para Contratação de empresa especializada no ramo da construção civil/pavimentação, pelo regime de Empreitada Global para execução da obra - pavimentação em TSD com capa selante, drenagem de águas pluviais e sinalização viária na Rodovia que liga o povoado de Almas a Rodovia BA 463 – Trecho 2 - Município de São Desidério/BA. A entrega e abertura das propostas serão no dia 16 de junho de 2021, às 09:00h (nove horas), na sede da Prefeitura Municipal situada à Praça Emerson Barbosa, nº 01, centro, São Desidério-BA. Edital estará à disposição dos interessados no site www.saosdesiderio.ba.gov.br. Qualquer informações pelo tel. (77) 3623-2145. São Desidério/BA, 14 de junho de 2021. Márcia Bastos Carneiro da Silva/Presidente da Comissão.

SECRETARIA DA SAÚDE
SESAB - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA
SUVISA - SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA E PROTEÇÃO À SAÚDE
LACEN - LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA PROFº GONÇALVO MONIZ
AVISO DE LICITAÇÃO - Pregão Eletrônico nº 044/2021. Objeto: Aquisição de teste dosagem para VDRL - 65.05, data: 29/06/2021 às 09:00h, horário de Brasília-DF - Local: site: www.licitacoes-e.com.br - BB nº 878263 - Processo SEI nº 019.5064.2021.0037014-28. Os interessados poderão obter o Edital e seus anexos, através dos sites: www.licitacoes-e.com.br e www.comprasnet.ba.gov.br. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos na COPEL, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 16:00h, tel: (71) 3116-5069. Salvador, 15 de junho de 2021. Maria Andreolina Santos Soares – Pregoeira.

SESAB

SECRETARIA DA SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 402/2021 - ID - 878034 - SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - DIRETORIA DE LICITAÇÃO. Abertura: 30/06/2021 às 10:00h (HORÁRIO DE BRASÍLIA). OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE USO HOSPITALAR (POLTRONA HOSPITALAR E SERRA PARA GESSO) PARA COMPOR O SISTEMA DE "REGISTRO DE PREÇO". Família: 65.30. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos através dos sites www.comprasnet.ba.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. Os interessados poderão entrar em contato através do e-mail: catarine.delgado@saude.ba.gov.br, telefone: (71) 3115-4157 / 3115-4340 ou presencialmente, de segunda a sexta-feira, das 08:30h às 17:30h no endereço: 4ª Avenida, nº. 400, Plataforma VI, Lado "A", Térreo, Diretoria de Licitações – Centro Administrativo da Bahia, CEP: 41.745-002, Salvador – BA, 15/06/2021. **Catarine Oliveira Delgado - Pregoeiro (a) Oficial.**

SESAB

SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DA BAHIA - SINDIFARMA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO, ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL - CAMPANHA SALARIAL 2021/2022
O Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia – SINDIFARMA vem, através deste edital, conforme disposto no seu Estatuto, convocar a todos os seus associados para Assembleia Geral Extraordinária VIRTUAL para Deliberação da Campanha Salarial 2021/2022, a realizar-se no dia 21 de junho, às 19:00h, em primeira convocação, com 2/3 dos associados presentes, ou às 19:30h, em segunda e última convocação, com qualquer número, através do Google Meet, para deliberar sobre a seguinte pauta: 1ª) Campanha Salarial 2021/2022; 2ª) Instalação da Mesa de Negociação e deliberação acerca das respectivas pautas de reivindicações em face do SINDICOPARBA – SIND. Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos; 3ª) Atribuição, à Direção do Sindicato, dando todos os poderes necessários, para assinar Convenções Coletivas, Acordos Coletivos, bem como suscitar Dissídios Coletivos, se frustradas as negociações coletivas; 4ª) O que ocorrer.

Salvador, 15 de junho de 2021
Mago Luiz Teixeira Silveira - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL JAMBEIRO
CNPJ N: 13.195.862/0001-69
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0004/2021
O Município de Rafael Jambeiro - Bahia, torna público aos interessados que se realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 0004/2021, Processo Administrativo nº 0145/2021, Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL. Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para fornecimento de Computador Portátil (Notebook), para atender à Secretaria de Educação do município de Rafael Jambeiro/BA, Sessão de abertura no dia 28 de junho de 2021, às 10:00 (dez) horas Horário de Brasília, Edital e Anexos disponíveis no site www.licitacoes-e.com.br, Prefeitura Municipal de Rafael Jambeiro - BA, situada no Largo da Liberdade, S/N, Centro, Rafael Jambeiro, Bahia, CEP: 44520-000. Maiores informações pelo Tel: (75) 3680-2122, ou através do e-mail licitacao@rafaeljabeiro.com.br. Este Edital ocorrerá através do site www.licitacoes-e.com.br, código BB nº 875828, Rafael Jambeiro/BA, 10 de junho de 2021, Marcos Luiz Apones de Souza, Pregoeiro Oficial.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5,0418	R\$ 5,0428
Dólar Turismo	R\$ 5,0430	R\$ 5,2130
Euro turismo	R\$ 6,0500	R\$ 6,3200

BOLSA

Índice	Pontos	Varição
Bovespa	130.091,08	-0,09%

POUPANÇA

16/06/2021	0,1559%
------------	---------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.100

INFLAÇÃO

	Março	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,31%	2,37%	6,76%
INPC/IBGE	0,38%	2,35%	7,59%
IGP-M/FGV	1,51%	9,89%	6,68%

ETFs

64%

É o aumento no número de investidores em ETFs no Brasil entre maio deste ano e dezembro de 2020. A sigla significa Exchange Traded Fund, e a aplicação também é conhecida como fundo de índice - fundos de investimento que replicam o desempenho de índices e é uma forma de gestão passiva dos investimentos. A informação é do jornal Valor Econômico. No total, 401 mil brasileiros já tinham pelo menos um ETF em seu portfólio de investimento no mês passado.

Raio Laser

Aprovadas

Em votação que entrou pelo início da noite de ontem, a Assembleia Legislativa na Bahia aprovou as contas do governador Rui Costa (PT) referentes ao exercício de 2017 com 37 votos favoráveis. Houve ainda 12 votos contrários e uma abstenção, durante a votação que contou com voto a distância e foi secreta. Como o sistema para votação remota foi utilizado pela primeira vez, alguns parlamentares encontraram dificuldade para computar os votos pelo sistema eletrônico. A deputada Jusmari Oliveira (PSD) relatou que não conseguia finalizar a votação ao inserir o código enviado por mensagem de texto de celular (SMS). O presidente da Casa, Adolfo Menezes, pediu então que um técnico da Assembleia ligasse para a parlamentar a fim de auxiliá-la.



Rui Costa

Energia sobe!

A conta de luz vai ficar mais cara em 2021, como consequência da pior crise hídrica na região das hidrelétricas dos últimos 91 anos e do acionamento de usinas termelétricas para garantir o fornecimento de energia. Segundo a Aneel, haverá aumento dos valores das bandeiras tarifárias, uma sobretaxa que é acionada quando o custo da geração de energia sobe. O patamar mais alto desse sistema pode subir mais de 20%, segundo a instituição.

Situação terrível

O reitor da Universidade Federal da Bahia (Ufba), João Carlos Salles, afirmou que mesmo com as dificuldades enfrentadas, ele tem certeza que a instituição não irá parar por conta das restrições orçamentárias. A afirmação foi realizada durante um episódio do podcast do vereador Claudio Tinoco (Democratas). Segundo ele, em 2010, o orçamento da unidade educacional era de R\$ 134 milhões. Hoje, é de R\$ 133 milhões. "É terrível. É um diagnóstico muito sério (...) Ou seja, temos um milhão a menos do orçamento do ano de 2010. É como se tivéssemos voltado no tempo para uma Ufba que tinha 15 mil estudantes", criticou.

Tribuna

Prefeitos pressionam por parcelamento da dívida previdenciária

A matéria é uma demanda do movimento municipalista e foi fruto da cobrança dos gestores

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

A Câmara dos Deputados tem em tramitação a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 15/2021, de autoria do deputado federal Silvio Costa Filho (Republicanos) para que os municípios possam parcelar débitos previdenciários em 240 meses. De acordo com a União dos Municípios da Bahia (UPB), a matéria é uma demanda do movimento municipalista e foi fruto da insistente cobrança dos prefeitos balanos na busca de uma solução urgente à questão.

A entidade defende que a medida trará alívio aos municípios que sofrem com os cons-

tantes bloqueios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para quitação da dívida. De acordo com a PEC, os municípios poderão parcelar os débitos relativos às contribuições patronais devidas em 240 parcelas, valendo para dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2020, tanto com os Regimes Próprios quanto com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS e RGPS), respectivamente.

Para os Municípios com RGPS, o texto apresentado define que a parcela estará limitada a 2% da média mensal da recente corrente líquida e que a correção da soma total de débitos ocorrerá somente pela Taxa de Longo Prazo (TLP). Além disso, haverá re-

dução de 80% nos juros, 60% nas multas e encargos e 50% dos honorários advocatícios.

Ontem, a UPB reuniu sua Diretoria Executiva e a uma Comissão de Prefeitos para deliberar ações da pauta estadual e nacional dos prefeitos balanos. No encontro, ficou definida a convocação de uma reunião presencial com a bancada de deputados federais da Bahia para discutir a proposta de parcelamento da dívida previdenciária em 240 meses e a redução da alíquota patronal do INSS das prefeituras.

"Foi uma reunião extremamente produtiva. Chegamos consenso de que precisamos pressionar nossos deputados federais para essa nossa pauta prioritária caminhar em

Brasília", afirmou o presidente da UPB e prefeito de Jequié, Zé Cocá (PP). Participaram do encontro o diretor da UPB e prefeito de Miguel Calmon, José Ricardo Requião (Cacá), e uma comissão formada pelos prefeitos Carlos Matos de Ritachão do Jacuípe, Pedro Cardoso de Lagoa Real, Thiane Araujo de Castro Alves e Renaldo Góes de Iuiú.

Como deliberação também, a comissão viajará a Brasília no próximo dia 22 de junho para um encontro no Ministério da Economia e fará uma visita à Confederação Nacional dos Municípios (CNM) para o alinhamento da pauta municipalista do Norte e Nordeste com a entidade nacional de prefeitos.



O PREFEITO de Jequié, Zé Cocá, é o presidente da União dos Municípios da Bahia

Dólar em queda favorece investimentos no exterior

ESTADÃO CONTEÚDO

Ainda é muito cedo para afirmar se a viagem para Disney voltou ao radar dos brasileiros, mas é fato que o dólar variou muito ao longo de 2021. Em 1º de janeiro, a moeda norte-americana era negociada a R\$ 5,19, atingindo seu pico de R\$ 5,87 em 8 de março.

De lá para cá, o dólar entrou em tendência de queda e já se desvalorizou ante o real em 13,85%, ficando perto da faixa dos R\$ 5. Nesta segunda(14), a moeda norte-americana fechou em queda de 0,05% cotada a R\$ 5,06.

Segundo informações da Reuters, fundos e especuladores do mercado futuro dos Estados Unidos estariam tomando posições compradas no real, ou seja, estão apostando na valoriza-

ção da nossa moeda.

É a primeira vez em dois anos que isso acontece.

Para Sandra Blanco, estrategista-chefe da Órama Investimentos, os principais motivos da queda da moeda norte-americana foram a melhora das contas públicas e a retomada das pautas de reforma, principalmente a administrativa e a tributária.

Além disso, a especialista ainda cita como um dos motivos a elevação da taxa básica de juros Selic, feita pelo Banco Central nas duas últimas reuniões do Copom. Vale lembrar que, em maio, a autoridade monetária subiu a Selic de 2,75% para 3,50% ao ano. Outro fator que teve peso relevante na desvalorização do dólar foram os resultados do PIB, que cresceu em 1,2% no primeiro trimestre.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 16/06/2021	Página: 07

Tribuna

Taxistas enfrentam concorrência e queda nos ganhos

MARIANY DANTAS
ESTAGIÁRIA

Com tarifas mais em conta, o serviço de transporte por aplicativo tem se tornado atrativo para muita gente. Com isso, as corridas por taxis têm diminuído. O faturamento da categoria registrou uma queda de cerca de 75%. Se há dez anos, os profissionais chegavam a faturar R\$ 200 por oito horas trabalhadas, hoje esse valor gira em torno de R\$ 40 a R\$ 50, só que numa carga horária maior: 14 horas.

De acordo com o presidente do Sindicato dos

taxistas, Dennis Paim, a frota de táxi tinha cerca de 21 mil taxistas e atualmente o número caiu para em média 3,5 mil, ou seja, a capital baiana teve uma redução de 85% na quantidade de veículos circulando.

O preço do alvará também sofreu alterações. Em 2015, chegou a custar R\$ 120 mil. Atualmente, o preço aproximado é R\$ 4 mil, causado pela baixa procura do serviço. Esse impacto também é observado pelos próprios taxistas, que procuram formas para complementarem a renda mensal. "Muitos dos meus

colegas vendem confecções dentro do próprio carro ou até usam o carro para transporte de móveis para sobreviver." citou Dennis.

PANDEMIA

A pandemia também contribuiu para a queda das corridas, o que fez com que muitos desses taxistas migrassem para outras profissões. Muitos decidiram até pela não utilização de veículos para a busca de novos empregos.

Jeová Araújo, 40 anos, trabalhou como taxista por quatro, mas desistiu da profissão com a chegada

dos aplicativos. "a renda ficou muito difícil e no fim do mês não fechava. Tive que recorrer aos carros de aplicativos também, e atualmente trabalho como Uber", relatou.

DIFICULDADES

Nicole Rocha, 20 anos, filha de um ex taxista, conta que legalização das corridas por aplicativos também foi motivo para a queda por procura de táxis. "Meu pai conseguia pagar tranquilo o aluguel do táxi, viver bem, conseguia juntar dinheiro, depois ficou mais difícil.", conta Nicole.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 16/06/2021	Caderno: Economia



Medidas estruturais garantem preço dos combustíveis competitivos

A discussão sobre os preços dos combustíveis, como reduzir seu peso no orçamento dos consumidores e seu impacto inflacionário, está na pauta há muitos anos

Valéria Amoroso Lima*

16 de junho de 2021 | 06h00

Valéria Amoroso Lima. FOTO: DIVULGAÇÃO

Apesar dos fatores que influenciam a variação no valor do preço dos combustíveis serem amplamente conhecidos (tributos, câmbio e preço internacional das commodities são os principais), sempre surgem “soluções mágicas” que flertam com a desinformação e com o oportunismo de grupos com interesses quase nunca legítimos. É preciso desconfiar dessas propostas.

A questão do preço demanda um marco regulatório robusto e segurança jurídica, que atraiam os investidores e estimulem uma dinâmica concorrencial virtuosa, com benefícios reais. Antes de mais nada, reconhecemos que a estrutura logística brasileira, País com dimensões continentais, a concentração no refino de combustíveis e a complexidade tributária são ineficiências que precisamos resolver o quanto antes.

A boa notícia é que o Brasil tem sinalizado o caminho certo. O Ministério de Infraestrutura vem incentivando aportes de recursos em todos os modais de transporte, que criará uma malha robusta de escoamento de produtos por todo o país. No Ministério de Minas e Energia, o programa Abastece Brasil analisa a infraestrutura da cadeia logística de combustíveis e promove ajustes. E temos ainda o avanço da abertura

do refino, com os desinvestimentos da Petrobras, que prometem trazer novas empresas ao setor e mais competição entre os novos players.

A reforma tributária ampla, com simplificação, transparência, redução da sonegação e melhoria do ambiente de negócios ficou, infelizmente, para uma próxima oportunidade. Mas no Congresso Nacional, um Projeto de Lei que introduz a monofasia do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos derivados parece avançar. Este PL viabiliza a maior transparência sobre os tributos, previsibilidade da carga tributária, redução das obrigações acessórias e dos custos das empresas e do Estado com processamento e fiscalização.

A política de preços alinhada às práticas internacionais acompanhando a volatilidade natural decorrente da oferta e demanda do mercado implica mais transparência e previsibilidade para os investidores do setor, o que fomenta a competição, beneficiando o consumidor.

Mas voltando às “soluções mágicas”, há quem defenda a flexibilidade da regra de fidelidade à bandeira, entre postos de serviços e distribuidoras de combustíveis, como capaz de trazer um benefício imediato de 10% nos preços finais nas bombas. Mais que utópico, isso é falacioso. A estrutura de preços de combustíveis no Brasil é conhecida e acompanhada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicompostíveis (ANP). Segundo a Agência, que recentemente colocou esse tema em consulta pública no contexto de outras possíveis mudanças no mercado de combustíveis, as margens brutas de distribuição são em torno de 3% para a gasolina C e 4% para o diesel. Precisamos lembrar que o País é majoritariamente abastecido por via rodoviária e, portanto, os custos logísticos têm peso relevante. Desta forma, não é concebível uma redução desse montante apenas flexibilizando uma regra regulatória num dos elos da cadeia.

No Brasil, os postos de combustíveis são operados por revendedores. Estes têm a opção de celebrar ou não contratos de exclusividade com determinada distribuidora. Em contrapartida, podem ostentar essas marcas comerciais, receber treinamento para os funcionários, suporte das áreas de inteligência de mercado, marketing, controle de

qualidade e engenharia, além de acesso a produtos e serviços exclusivos. Por outro lado, a distribuidora e os postos ligados a ela têm compromissos solidários com os clientes.

Importante ainda deixar claro que a chamada regra de fidelidade à bandeira é o que garante ao consumidor que, quando entra em um posto de combustíveis que ostenta a marca de determinada distribuidora – os chamados postos embandeirados – ele estará consumindo produto deste mesmo fornecedor. Isso é um direito do consumidor em todo o mundo. O uso de uma determinada marca, em qualquer segmento, tem a função de identificar os produtos ou distinguir os serviços para o consumidor, seja na indústria, comércio ou em serviços. No caso de combustíveis, conforme pesquisa da Kantar Consulting em 2018, a marca é importante para 92% dos consumidores e, em média, responsável por 33,7% da decisão de compra, considerando ser um segmento reconhecido por um passado de problemas de adulterações e qualidade de produtos.

O consumidor já tem opção de abastecer em postos que ostentam marcas próprias, os chamados “bandeiras brancas”. Estes representam cerca de 47% do total de postos no País e escolhem a cada momento seu fornecedor de combustíveis.

A tutela do consumidor é um direito e recebeu status constitucional em 1988. Esta segurança ao consumidor existe desde 1975, na resolução do CNP nº 7, e em portarias do Ministério de Infraestrutura e de Minas e Energia.

Flexibilizar a tutela de bandeira dos postos revendedores, acenando com uma falaciosa vantagem no preço, parece uma cortina de fumaça para ampliar o espaço para o mercado irregular, para fraudes e golpes, infelizmente ainda muito comuns; é confundir o consumidor sobre o que ele está adquirindo; é estimular uma indesejável judicialização do assunto. Esperamos que a sociedade e os órgãos reguladores discutam com transparência e profundidade esta questão, de forma a não permitir este retrocesso.

***Valéria Amoroso Lima é diretora executiva de Downstream do Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP)**

CRISE HÍDRICA

TUDO PARA
DRIBLAR ESCASSEZ

Governo pede a empresas que antecipem entrada de operação de usinas e linhas de transmissão



Corrida. Governo estima que será possível contar com 4.745 megawatts com entrada antecipada de projetos de eólica, solar e termelétricas

MANOEL VENTURA
manoel.ventura@brb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

Em mais uma medida para enfrentar os efeitos da pior seca em 91 anos na região das principais hidrelétricas, o Ministério de Minas e Energia (MME) trabalha para antecipar ou ao menos manter o cronograma de entrada de usinas de geração de energia que vão reforçar o sistema nacional. Também faz parte do plano do governo antecipar a entrada em operação de novas linhas de transmissão de energia.

O MME está entrando em contato com empresas detentoras de unidades de geração de energia e de companhias responsáveis pela construção de linhas de transmissão de eletricidade que deverão entrar em operação em 2021 ou no início de 2022, pedindo para que elas se esforcem para antecipar as datas ou ao menos mantenham o cronograma de entrada em operação das usinas. São principalmente usinas termelétricas, eólicas e de energia solar.

Na correspondência enviada a cada uma das empresas, o MME destaca "a importância de que sejam envidados todos os esforços para manutenção das datas, ou possível antecipação, da efetiva entrada em operação comercial" das unidades.

Não é ação isolada. O governo já liberou a importação de energia da Argentina e do Uruguai, já autorizou o acionamento de todas as termelétricas disponíveis e já informou que fará uma campanha por uso consciente de energia para enfrentar o cenário de escassez de água nos reservatórios.

2,7% DA CAPACIDADE TOTAL

Ao GLOBO, o MME disse que a iniciativa faz parte de um plano de ação para buscar a disponibilização de recursos adicionais à operação do sistema elétrico.

"O alvo são projetos que já estão em implantação e caracterizados por terem base

em fontes renováveis. Eles têm potencial de serem agregados ao Sistema Interligado Nacional (SIN) para atravessar o período seco ou apoiar a recuperação dos reservatórios no próximo período úmido", afirma a pasta.

Segundo dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a previsão é que entrem em operação neste ano 4.745 megawatts (MW) de

potência instalada no sistema interligado nacional (SIN). Desse total, 1.683 MW são de eólicas, 1.338 MW, de térmicas a gás, e 1.317 MW, de energia solar — há ainda, em menor potência, usinas a biomassa e pequenas hidrelétricas.

O total de energia previsto para iniciar a operação neste ano equivale a 2,7% da potência hoje disponível no sis-

tema. Pode parecer pouco, mas o governo está em busca de todas as formas possíveis, em uma tentativa de reduzir a geração de energia por hidrelétricas e guardar água para os momentos de pico. Além disso, há a tentativa do governo de reduzir o consumo de energia gerada por termelétricas a óleo, as mais caras do sistema.

Em 2022, a previsão da

Aneel é que entrem em operação 9.570 MW de capacidade de produção de energia, puxada por solar e eólicas. A agência reguladora não informa o cronograma mensal de inauguração das usinas. Por isso, não é possível saber a quantidade dessa energia que poderia ser antecipada.

Além de solicitar a antecipação de usinas de geração de eletricidade, o governo tenta

inaugurar antes do previsto linhas de transmissão e subestações de energia. Um dos problemas que o MME precisa enfrentar são os limites de intercâmbio entre os sistemas. Na prática, a dificuldade de trazer energia de uma região para outra. O sistema nacional é dividido em quatro subsistemas: Sudeste/Centro-Oeste, Nordeste, Norte e Sul.

LIMITES DO SISTEMA

Esses sistemas se comunicam entre si, mas há limites para isso. Por exemplo: hoje, há dificuldades de levar toda a energia eólica produzida no Nordeste para o restante do país. Como a crise está concentrada no subsistema Sudeste/Centro-Oeste (região com maior demanda por energia), é importante aumentar a capacidade de transmissão do Nordeste, do Norte e do Sul para este sistema.

"Também fazem parte da medida projetos de transmissão que ampliam os limites de intercâmbio entre os subsistemas. Em ambos os casos, o incentivo pela eventual antecipação se dá pelos mecanismos já existentes no setor, bem como nos contratos de concessão", diz o MME.

O Brasil tem cerca de 160 mil quilômetros de linhas de transmissão. Neste ano, 2.840 km de linhas de transmissão já entraram em operação.

Na carta às empresas, o Ministério de Minas e Energia faz referência à deliberação de maio do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), quando foi manifestada preocupação com as condições de atendimento diante da escassez hídrica.

Desde então, os órgãos relacionados ao setor têm tomado medidas para garantir o suprimento, como a redução das vazões das hidrelétricas para tentar poupar água nos reservatórios, evitando o agravamento da crise nos meses em que a carga estará mais alta. Outras medidas incluem a geração de eletricidade por termelétricas e a importação de energia.

Lira vê possibilidade de racionamento nos moldes do adotado em 2001

BRASÍLIA

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse ontem que não acredita que a crise hídrica vivida pelo país neste ano vá levar a um apagão, mas vê possibilidade de um racionamento nos moldes do adotado em 2001, quando o Brasil passou

por outra crise energética.

— Não acredito que tenha apagão. Pode ter energia mais cara por causa das térmicas do combustível. Se, mesmo assim, houver uma conscientização dos setores de deixar de consumir na hora de pico, ajuda. Vai ser mais ou menos parecido com o que aconteceu ali em 2001,

2014 — disse Lira, após ser perguntado por jornalistas.

O Ministério de Minas e Energia tem descartado o risco de falta de energia. No início de junho, Bento Albuquerque, titular da pasta, afirmou em entrevista ao GLOBO que não há risco de racionamento e disse que tu-



PABLO JACOBI/8-2-2021

Segurança jurídica. Lira disse que MP para regular uso da água vai dar respaldo a ações

do indicava que o governo tem o "controle da situação".

Perguntado sobre possíveis alterações na medida provisória (MP) que autoriza a privatização da Eletrobras para lidar com a crise hídrica, Lira afirmou que o problema é de "gerenciamento" e não de lei.

— O problema aí agora é de gerenciamento, não é de de

lei. É de gerenciamento de reservatórios, de outras escolhas, de economia, de educação, essas coisas. É melhor você ter um dano controlado do que um dano incontrolado, desorganizado, basicamente é isso — disse o parlamentar.

Sobre a medida provisória em estudo para regular o uso da água e priorizar a geração de energia, Lira afirmou que o objetivo é dar segurança jurídica para respaldar ações do governo. *(Manoel Ventura)*

Uso de termelétricas contra crise custará R\$ 9 bi, diz Aneel

Enquanto isso, votação pelo Senado da MP que permite a privatização da Eletrobras ainda é alvo de dúvidas no governo

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, disse ontem que o uso de usinas termelétricas, por causa da crise hídrica que reduz a capacidade das hidrelétricas, terá um custo adicional de R\$ 9 bilhões aos consumidores de energia neste ano. Conforme antecipou O GLOBO, essa conta será paga por meio das bandeiras tarifárias, uma sobretaxa que é acionada quando o custo da geração de energia sobe. O patamar mais alto desse sistema, a bandeira vermelha 2, deve subir acima de 20%, em uma decisão que será anunciada neste mês pela Aneel.

— Vamos ter um custo adicional de R\$ 9 bilhões, e até abril já se gastaram R\$ 4 bilhões — afirmou Pepitone, em audiência na Câmara.

O diretor da Aneel informou que o sistema elétrico, até abril, recorreu a 15 mil megawatts (MW) de capacidade em geração térmica. Em maio, disse ele, esse montante subiu para 16 mil MW, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) autorizou o uso de todo o parque de termelétricas.

Atualmente, o Brasil conta com 22 mil MW de potência em geração térmica, porém, parte deste montante, cerca de 20%, está indisponível por diversas razões. Caso a conta das termelétricas

fosse paga apenas em 2022, isso geraria um impacto adicional de 5% nas tarifas no ano que vem. Mas os valores serão pagos ainda em 2021 por meio das bandeiras, diz Pepitone.

Durante a audiência, o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Carlos Ciocchi, afirmou que a crise hídrica é “preocupante”, mas que medidas como mudanças nas vazões dos reservatórios e o uso de termelétricas deverão permitir que o Brasil atravese essa fase de forma segura.

Uma das medidas necessárias para a gestão da crise é a mudança nas vazões de reservatório de barragens. As alterações no Lago de Fur-



Sem chuva. Barragem de Itaipu: O diretor-geral do ONS, Luiz Carlos Ciocchi, disse que a crise hídrica é “preocupante”

nas, em Minas Gerais, para privilegiar a geração de energia desagradaram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

MP DA ELETROBRAS

Pacheco quer incluir na medida provisória (MP) que permite a privatização da Eletrobras uma determinação para que o Lago de Furnas não seja usado apenas para a geração de energia, mas também para a exploração econômica em cidades banhadas pelo reservatório, que dependem da pesca e do turismo, por exemplo.

A votação da MP está marcada para hoje, mas o governo ainda não conseguiu fechar um acordo que garanta a aprovação da medida. A MP deve ser votada mesmo sem acordo sobre o conteúdo e, segundo uma fonte ligada ao processo, o resultado será disputado voto a voto.

A MP precisa ser votada até o dia 22, próxima terça-feira, para não perder a validade. Mas a determinação para a contratação de termelétricas determinada pelo texto aprovado na Câmara criou resistências à medida no Senado.

Ontem, os relatores da medida no Senado, Marcos Rogério (DEM-RO), e na Câmara, Elmar Nascimento (DEM-BA), fizeram um pronunciamento. Rogério disse que a “espinha dorsal” do texto será mantida, e Nascimento afirmou que a Câmara deve aceitar a maioria das mudanças.

O relatório de Rogério, que será apresentado hoje, horas antes da votação, deve deixar claro que as medidas visam à redução das tarifas de energia, em uma tentativa de criar um ambiente favorável à privatização.

TRAVAS À MP DA ELETROBRAS

1 Contratação de termelétricas

O texto aprovado pela Câmara determina a contratação de 6 mil megawatts (MW) de energia gerada por termelétricas a gás natural no Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Entidades do setor elétrico se manifestaram contra a obrigação, com o argumento de possíveis impactos nas tarifas. A situação gerou um impasse até entre senadores pró-privatização.

2 Pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)

A proposta aprovada na Câmara determina ainda a contratação de 2 mil MW de energia de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), em qualquer região do país, o que também tem gerado críticas. O governo defende a contratação das termelétricas e das PCHs. Mas as discussões sobre o assunto geraram resistências no Senado.

3 Corrida contra o tempo para não perder validade

Por se tratar de uma medida provisória, as regras da privatização da Eletrobras já estão em vigor. Mas precisam ser confirmadas pelo Congresso até o próximo dia 22 para não perder a validade. Caso o Senado aprove mudanças na MP, ela terá de voltar para análise da Câmara, o que pode ocorrer ainda nesta semana.

4 Mudanças no Lago de Furnas

Uma das medidas tomadas contra a crise hídrica é a gestão dos reservatórios das hidrelétricas, com a redução do uso da água para fins que não sejam a geração de energia. Uma das barragens afetadas é o Lago de Furnas, em Minas Gerais, o que irrita principalmente o presidente do Senado, que tem na região sua base eleitoral.

Equipe econômica vai propor cortes para bancar novo Bolsa Família

Projeto deve ser anunciado até 15 de julho e prever benefício a órfãos por Covid

GERALDA DOCA
geralda@oglobo.com.br
BRASÍLIA

A equipe econômica deve propor ao presidente Jair Bolsonaro cortar despesas em ministérios, inclusive nas Forças Armadas, e remanejar recursos de programas mal avaliados e considerados pouco eficientes para bancar o novo Bolsa Família. Estão na mira iniciativas como o seguro-defeso, pago a pescadores artesanais, e isenções tributárias para alguns setores. A revisão do abono salarial, que chegou a ser cogitada ano passado e sofreu forte resistência, não faz parte das alternativas em estudo agora, segundo técnicos a par das discussões.

O Ministério da Cidadania trabalha para que Bolsonaro anuncie o substituto do Bolsa Família ainda na primeira quinzena de julho. A expectativa é aprovar o projeto que cria o novo programa até outubro para que entre em operação em janeiro de 2022. Nesse intervalo, a população mais carente continuará tendo o amparo do auxílio emergencial — que deverá ser prorrogado em mais três parcelas a partir de agosto.



Fila para saque do auxílio. Depósito da 3ª parcela será feito de 18 a 30 de junho

Segundo fontes envolvidas nas discussões, a decisão final será do presidente, que tem uma eleição pela frente. Caso não seja possível apontar a fonte de recursos, o governo pode enviar ao Congresso apenas as linhas gerais do novo programa até que se encontre a forma de financiamento. No entanto, o ministro da Cidadania, João Roma, trabalha junto à equipe econômica para que se indique a verba na proposta orçamentária de 2022, que será enviada ao Congresso em agosto.

O plano do governo conta com a aceleração do programa de vacinação contra a Co-

vid-19 de modo a permitir a reabertura de setores prejudicados, como comércio e serviços, a partir de outubro. O programa que está sendo formatado prevê também o pagamento de auxílio para crianças e adolescentes até 18 anos que ficaram órfãos após terem perdido os pais para a doença.

Segundo técnicos do governo, a tendência é que o Bolsa Família seja transferido para as famílias que assumirem as crianças, sem custo adicional para o governo. A ideia é beneficiar crianças da baixa renda e inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) do Cidadania. Detalhes como valor do auxílio e quantidade

de crianças beneficiadas ainda não foram fechados.

Além do benefício em si para as famílias, que está na faixa de R\$ 190 em média e será reajustado para R\$ 250, o novo programa prevê medidas de apoio da primeira infância à inserção no mercado de trabalho. Entre elas, o pagamento de vouchers para cuidadores e para mães matricularem os filhos em creches privadas.

O governo pretende reajustar todos os parâmetros do programa, mas o aumento não será linear, devendo beneficiar quem ganha menos, segundo fontes a par das discussões. Em alguns casos, a alta será superior a 50%. Além do critério de renda, o programa considera a composição familiar. A linha de extrema pobreza vai subir de R\$ 89 para R\$ 95 e a linha de pobreza, de R\$ 178 para R\$ 190.

ANTECIPAÇÃO DO AUXÍLIO

Ontem, o Ministério da Cidadania divulgou o calendário com a antecipação da terceira parcela do auxílio emergencial. O depósito nas contas digitais será feito de 18 a 30 de junho, conforme o mês de aniversário dos trabalhadores. Já os saques e as transferências bancárias serão liberados de 1º a 19 de julho.

O valor da terceira parcela do auxílio emergencial 2021 permanece R\$ 150 (para pessoas que moram sozinhas), R\$ 250 (para famílias de duas ou mais pessoas) e R\$ 375 (para mães chefes de famílias).

Empresas gastam até 1.501 horas para pagar impostos

Levantamento do Banco Mundial mostra que legislação complexa, cálculos complicados e grande quantidade de informações exigidas estão entre os principais desafios do Brasil para melhorar indicador

FERNANDA TRISOTTO
fernanda.trisotto@bsb.zglobo.com.br
BRASÍLIA

Empresas brasileiras gastam entre 1.483 e 1.501 horas por ano para preparar, declarar e pagar impostos, mais do que em qualquer outro país do mundo. Essa é uma das constatações do relatório Doing Business Subnacional Brasil 2021, produzido pelo Banco Mundial a pedido da Secretaria-Geral da Presidência da República e divulgado ontem.

De acordo com o documento, legislação complexa, cálculos complicados e grande quantidade de informações exigidas estão entre os principais desafios do país para melhorar nesse indicador. Segundo a pesquisa, os processos pós-declaração também trazem dificuldades, já que a possibilidade de restituição de tributos indiretos (ICMS, IPI, PIS e Cofins) é restrita e o tempo para retificação do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) foi considerado elevado.

Segundo o Banco Mundial, empresas sediadas em Vitória (Espírito Santo), Porto Velho (Rondônia) e Maceió (Alagoas)

obtiveram melhores desempenhos. Nessas localidades, elas fazem menos pagamentos por ano e a carga tributária é mais baixa.

“Leis complexas, requisitos fiscais complicados, incidência de vários tributos sobre o mesmo fato gerador e altas cargas tributárias constituem os principais obstáculos. A maioria dos tributos é federal; mesmo que tenham um alcance limitado de ação, os estados e os municípios ainda podem contribuir para um melhor ambiente de negócios, com leis mais simples e alíquotas mais competitivas de tributos locais”, observa o Banco Mundial.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A publicação lembra que há discussões para a implementação de uma reforma tributária no país, visando a simplificação do sistema. O governo desistiu de apoiar uma mudança ampla, que unificaria todos os tributos. A reforma será dividida em etapas. No caso da tributação sobre consumo, o ponto de partida será a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a junção dos

A SITUAÇÃO DE CADA ESTADO

O estudo engloba o número de pagamentos de impostos por ano, o tempo para cumprir as obrigações tributárias, a carga total e o índice de processos pós-declaração.

Fonte: Banco Mundial

Localidade	Pagamento de impostos Classificação	Pagamento de impostos Pontuação (0-100)
Espírito Santo (Vitória)	1	34,9
Rondônia (Porto Velho)	2	34,5
Alagoas (Maceió)	3	34,5
Paraná (Curitiba)	4	34,4
Amapá (Macapá)	5	34,4
Goiás (Goiânia)	6	34,4
Amazonas (Manaus)	7	34,3
Mato Grosso do Sul (Campo Grande)	8	34,3
Distrito Federal (Brasília)	9	34,3
Maranhão (São Luís)	10	34,2
Rio Grande do Norte (Natal)	11	34,2
Rio Grande do Sul (Porto Alegre)	12	34,2
Santa Catarina (Florianópolis)	13	34,2
Paraná (João Pessoa)	14	34,1
Tocantins (Palmas)	15	34,1
Mato Grosso (Cuiabá)	16	34,1
Minas (Gerais (Belo Horizonte)	17	34
Roraima (Boa Vista)	18	34
São Paulo (São Paulo)	19	33,9
Pernambuco (Recife)	20	33,9
Ceará (Fortaleza)	21	33,9
Acre (Rio Branco)	22	33,8
Piauí (Teresina)	23	33,8
Sergipe (Aracaju)	24	33,7
Rio de Janeiro (Rio de Janeiro)	25	33,7
Bahia (Salvador)	26	33,2
Pará (Belém)	27	33

A nota vai de 0 a 100 e quanto mais alta, melhores as práticas adotadas pelo estado.

Editoria de Arte

tributos federais PIS e Cofins.

O pagamento de impostos é um problema apontado com recorrência nos estudos sobre ambiente de negócios no Brasil. Na última edição global do Doing Business, divulgada em 2019, o Brasil ficou na 184ª posição, entre

190 países, neste quesito.

Além do pagamento de impostos, o relatório traz informações sobre a performance dos estados e do Distrito Federal em mais quatro aspectos: processo de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, re-

gistro de propriedades e execução de contratos.

Os resultados nas cinco áreas apontam que é mais fácil fazer negócios em São Paulo, Minas Gerais e Roraima. Segundo o documento, esses estados têm regras mais eficientes, o que torna

os processos para as empresas operarem mais rápidos, simples e menos custosos.

Nenhum estado teve o melhor desempenho nas cinco áreas. O Pará é o local mais fácil para abrir uma empresa, enquanto obter alvará de construção é mais simples em Roraima. Quem precisa registrar uma transferência imobiliária em São Paulo sairá na frente, mas pagar impostos no Espírito Santo é menos penoso. Para solução de disputa comercial, o melhor desempenho foi de Sergipe.

BUCROCRACIA EXCESSIVA

O Banco Mundial observa, contudo, que ao longo dos últimos 15 anos foram registradas melhorias no ambiente de negócios e incentivo ao empreendedorismo no país.

“Apesar das melhorias, persistem as barreiras à operação e crescimento das empresas — decorrentes, em parte, da excessiva burocracia governamental. A sobrecarga regulatória desvia a energia dos empresários do desenvolvimento dos seus negócios e pode empurrá-los para a informalidade”, alerta.

Receita contesta dados e diz que país é prejudicado pela metodologia

BRASÍLIA

Receita Federal alega que inconsistências no relatório Doing Business, do Banco Mundial, superestimaram o tempo gasto com pagamento de impostos no Brasil, tirando 30 posições do país no ranking. Segundo o Fisco, le-

va-se 474 horas, e não 1.501 horas, para cumprir o pagamento de tributos no país — um terço do tempo apontado no levantamento. Além disso, o país tem uma avaliação ruim no tópico procedimentos pós-declaração, mas não há nenhum tipo de auditoria realizada em caso de retificação.

A última edição do Doing Business, divulgada em 2019, colocou o Brasil na 184ª posição, entre 190 países, neste quesito. Para a Receita, se o Banco Mundial tivesse acatado correções que foram enviadas pelo governo brasileiro, o país estaria na 151ª colocação neste ponto. Esse

avanço colocaria o país mais próximo do top 100 do ranking geral.

O auditor fiscal Adriano Subirá, chefe da Assessoria de Cooperação e Integração Fiscal da Receita Federal, argumenta que o Brasil está sendo penalizado por problemas da metodologia da

pesquisa, que induz a erros nas respostas. No Brasil, os respondentes estão restritos aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

— O Brasil perde pelo menos 22 pontos dos 34 pontos que queremos conquistar com algo que já foi feito — afirmou Subirá.

O Fisco solicitou um estudo independente para a Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon), em 2018. Essa auditoria verificou que o pagamento de impostos consumia 474 horas — uma diferença de 1.027 horas em relação ao apontado no relatório do Banco Mundial. (Fernanda Trisotto)

Conta de luz deve subir com reajuste acima de 20% na bandeira vermelha

Por causa da seca, governo conta com uso de usinas térmicas, que são mais caras

15.jun.2021 às 12h46

Atualizado: 15.jun.2021 às 16h50

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/16/>)

Thiago Resende (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/thiago-resende.shtml>)

BRASÍLIA O diretor-geral da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), André Pepitone, disse nesta terça-feira (15) que a bandeira vermelha (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/conta-de-luz-vai-subir-em-maio-com-acionamento-de-bandeira-vermelha.shtml>), a mais cara cobrada sobre a conta de luz, deverá subir mais de 20%.

Em meio ao baixo nível dos reservatórios de água

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/pior-seca-da-historia-encarecera-conta-de-luz-o-ano-todo.shtml>), usinas térmicas são acionadas e isso afeta o consumidor por meio da bandeira tarifária cobrada sobre a conta de luz. Em junho, já está vigente a bandeira vermelha nível 2, a mais cara, que cobra R\$ 6,24 para cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos.

COPOM ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/COPOM](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/copom))

SELIC ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/SELIC](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/selic))

JUROS ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/JUROS](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/juros))

Energia mais cara coloca pressão sobre Copom por mais aumentos de juros

Desvio da inflação em relação à meta depende de situação hídrica no final do ano

15.jun.2021 às 23h15

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/15/>)

Eduardo Cucolo (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/eduardo-cucolo.shtml>)

SÃO PAULO A crise de abastecimento de energia

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/conta-de-luz-deve-subir-com-reajuste-acima-de-20-na-bandeira-vermelha.shtml>) e seus impactos sobre a inflação é mais um fator que deve levar o

BC (Banco Central) a sinalizar nesta quarta-feira (16) um aumento mais forte da taxa básica de juros neste ano.

Somente a mudança de patamar da bandeira tarifária para vermelha 1 em maio já representou um aumento de 6,5% na conta de luz. A alteração para vermelha 2 em junho e a correção dessa taxa extra em cerca de 20% a partir de julho (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/conta-de-luz-deve-subir-com-reajuste-acima-de-20-na-bandeira-vermelha.shtml>), para contemplar o uso maior de termelétricas, deve representar alta de mais 5% para os consumidores, segundo cálculos da FGV (Fundação Getulio Vargas).

A expectativa praticamente unânime do mercado é que o Copom (Comitê de Política Monetária) anuncie nesta quarta um aumento da taxa Selic de 3,5%

para 4,25% ao ano. Essa é a estimativa dos 33 economistas consultados pela agência Bloomberg e também a mediana das projeções da pesquisa Focus do BC.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store (https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto) ou na Google Play (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/energia-mais-cara-coloca-pressao-sobre-copom-por-mais-aumentos-de-juros.shtml>

Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV. Foi correspondente da Folha em Nova York e repórter de Mercado



SENADO ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/SENADO](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/senado))

CONGRESSO NACIONAL ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/CONGRESSO-NACIONAL](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/congresso-nacional))

Fiesp diz que MP da Eletrobras vai dar prejuízo de R\$ 400 bilhões

Segundo a entidade, cerca de R\$ 300 bilhões viriam de altas na conta de luz nos próximos 30 anos

15.jun.2021 às 14h44

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/16/>)

SÃO PAULO Com a votação da MP da Eletrobras

(<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/camara-e-senado-costuram-acordo-para-acelerar-aprovacao-de-mp-da-eletobras.shtml>) pautada para esta quarta-feira (16) no Senado, a Fiesp resolveu se posicionar sobre o texto que entrará em discussão. A entidade diz que o custo de capitalização da estatal pode levar prejuízos de R\$ 400 bilhões aos brasileiros.

Desse total, cerca de R\$ 300 bilhões seriam provenientes de altas na conta de luz, segundo a Fiesp (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/04/skaf-acompanha-bolsonaro-em-sao-paulo-nesta-sexta-30.shtml>). "É um mercado monopolista. Os brasileiros não

podem trocar de companhia em busca de uma melhor oferta", diz a entidade.

PUBLICIDADE



Ainda segundo a projeção da Fiesp, a proposta de contratação das térmicas chamadas de inflexíveis, que geram energia sem parar, pode elevar em R\$ 50 bilhões os custos nas tarifas no período de 20 anos.

Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV. Foi correspondente da Folha em Nova York e repórter de Mercado



INDÚSTRIA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/INDUSTRIA](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/industria))

Indústria do aço promete elevar produção, mas mercado ainda reclama do preço

Setor foi levar novas projeções de crescimento para Bolsonaro nesta segunda

15.jun.2021 às 20h03

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/16/>)

SÃO PAULO O racha entre a indústria e os setores consumidores do aço continua. As siderúrgicas (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/industria-do-aco-uma-das-mais-poluentes-do-mundo-quer-melhorar-sustentabilidade.shtml>) se reuniram com Bolsonaro e Paulo Guedes na segunda (14) para dizer que revisaram para cima suas projeções de produção para 2021, mas os setores que dependem do aço ainda reclamam de desabastecimento e alto preço do insumo (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/10/preco-de-aco-no-brasil-segue-defasado-ante-mercado-internacional-diz-gerdau.shtml>).

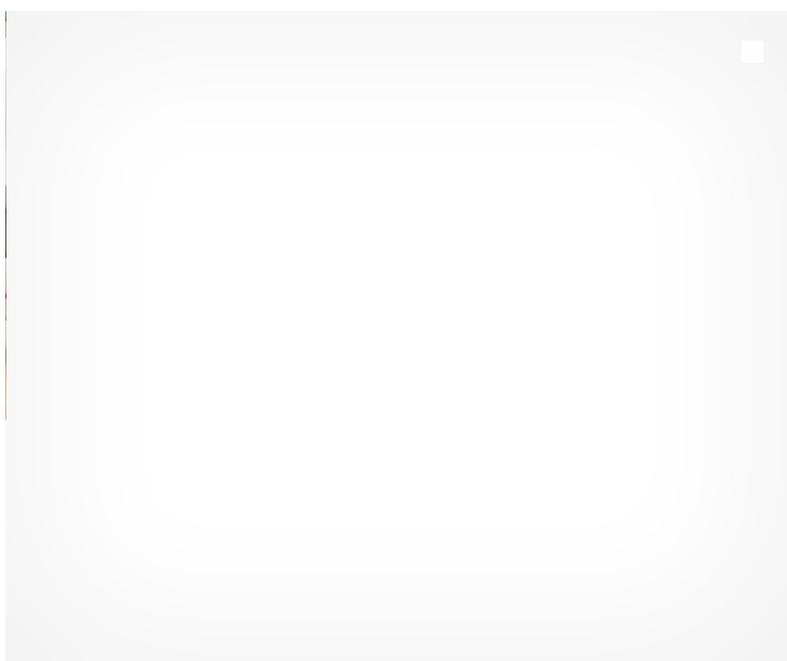
O Instituto Aço Brasil, associação que reúne o setor, foi levar ao presidente e ao ministro os novos números que apontam alta de 11% na produção do ano, e não mais de 7%.

Para a construção civil (<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2021/05/compradores-podem-ter-problema-para-receber-imoveis-diz-entidade-da-construcao-civil.shtml>), que consome o insumo, no entanto, a aumento da disponibilidade do insumo no mercado ainda não atende à demanda do setor.

“O crescimento da produção de aço não chega nem perto do crescimento da construção civil. No primeiro trimestre, as vendas aumentaram 27%”, diz José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção).

O setor vem recorrendo à importação, e segue na negociação com o governo pela redução de impostos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/05/construcao-pressiona-por-importacao-de-aco-apos-alta-de-preco.shtml>), afirma Martins. “Mesmo com todas as barreiras técnicas e restrições, ainda é mais barato trazer do exterior para cá”, diz.

PUBLICIDADE



A indústria de eletroeletrônicos diz que os problemas com o desabastecimento do aço estão se normalizando, mas ainda há preocupação com o custo.

Jorge Nascimento, presidente da Eletros, associação do setor, diz que o repasse do preço ao consumidor final já começou, e o receio é que venha retração do consumo na sequência.

Painel S.A. (/colunas/painelsa/)

Jornalista, Joana Cunha é formada em administração de empresas pela FGV. Foi correspondente da Folha em Nova York e repórter de Mercado



PIX ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/PIX](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/PIX))

Nova rodada do auxílio emergencial estimulou Pix, diz pesquisa

Levantamento da conta digital Neon também aponta cartões e boletos

15.jun.2021 às 14h33

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/16/>)

SÃO PAULO O Pix (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/bc-autoriza-criacao-de-ferramenta-de-devolucao-de-dinheiro-no-pix.shtml>) avançou entre os brasileiros que receberam a nova rodada do auxílio emergencial (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/governo-avalia-prorrogar-auxilio-emergencial-por-dois-meses-com-custo-de-r-18-bi.shtml>), segundo levantamento da conta digital Neon. O método foi usado por 85% dos clientes da empresa em movimentações de dinheiro feitas entre 6 de abril e 2 de junho deste ano.

O cartão de crédito ou débito aparece em segundo lugar (83%). Mais de 40% pagaram contas por boleto, 31% recarregaram o celular e 16% investiram parte do dinheiro.

Ainda segundo a pesquisa da Neon, o benefício foi gasto principalmente em compras no supermercado (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/brasileiro-usa-auxilio->

[emergencial-para-comprar-comida-diz-datafolha.shtml](#)) (65%), seguido de serviços por assinatura, bares e restaurantes, transporte e saúde. Em menor quantidade, os clientes também gastaram com vestuário, moradia, lazer e cuidados pessoais.

com **Mariana Grazini** e **Andressa Motter**

PUBLICIDADE



sua assinatura pode valer ainda mais

CRISE ENERGÉTICA ([HTTPS://WWW1.FOLHA.UOL.COM.BR/FOLHA-TOPICOS/CRISE-ENERGETICA](https://www1.folha.uol.com.br/folha-topicos/crise-energetica))

Planalto e aliados no Congresso querem aprovar privatização da Eletrobras antes de editar MP do racionamento

Presidente da Câmara diz que situação hídrica do país é 'mais ou menos' igual à crise de 2001, mas nega apagão de energia

15.jun.2021 às 23h25

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/16/>)

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro avalia adiar a assinatura de uma MP (medida provisória) que dá poderes para um comitê interministerial interferir na gestão de hidrelétricas e cria as bases para um eventual racionamento de energia. Para aliados, próximos a Bolsonaro, a iniciativa pode gerar desgaste político e até comprometer a privatização da Eletrobras.

Com a pior seca dos últimos 91 anos e os reservatórios nos níveis mais baixos das últimas décadas, o o (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/esboco-de-mp-da-poderes-a-grupo-interministerial-para-decidir-sobre-vazao-de-rios-e-abre-espaco-para-acionamento.shtml>) MME (Ministério das Minas e Energia) prepara uma MP (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/esboco-de-mp-da-poderes-a-grupo-interministerial-para-decidir-sobre-vazao-de-rios-e-abre-espaco-para-acionamento.shtml>) para pavimentar o caminho de medidas emergenciais que podem ser necessárias para um cenário de agravamento da crise hidrológica ainda no segundo semestre deste ano.

Entre as ações está um possível "programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica".

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas (conheça aqui (<https://login.folha.com.br/newsletter>)). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ([https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)

[paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-paulo/id943058711?utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=appletextocurto)) ou na Google Play ([https://play.google.com/store/apps/details?](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)

[id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR&utm_source=materia&utm_medium=textofinal&utm_campaign=androidtextocurto)) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/planalto-e-aliados-no-congresso-querem-aprovar-privatizacao-da-eletobras-antes-de-editar-mp-do-acionamento.shtml>

SP, Minas e Roraima lideram ranking de ambiente de negócios

Relatório do Banco Mundial compara ambiente de negócios em diferentes regiões do país

15.jun.2021 às 23h46

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2021/06/16/>)

Douglas Gavras (<https://www1.folha.uol.com.br/autores/douglas-gavras.shtml>)

SÃO PAULO O Brasil ainda fica bem atrás do resto do mundo ao se comparar o ambiente de negócios, de acordo com o Grupo Banco Mundial, e entre os estados brasileiros, as diferenças também pesam: é menos burocrático abrir uma empresa no Pará e, se em Minas Gerais a empresa é aberta em menos de dez dias, é preciso quase 25 para fazer o mesmo no Distrito Federal.

O relatório Doing Business Subnacional Brasil, divulgado nesta terça-feira (15), faz uma análise da regulamentação das atividades de pequenos e médios negócios, nas áreas de abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades, pagamento de impostos e execução de contratos.

Essa é a primeira vez que o estudo compara todos os estados e o Distrito Federal nestas áreas. Em 2005, a instituição fez um estudo subnacional que mediu 12 estados, mas a metodologia evoluiu e as áreas não eram as mesmas.

Em cada uma dessas áreas, o documento destaca obstáculos burocráticos (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/06/caixa-do-sebrae-explode-enquanto-pequenos-negocios-morrem.shtml>) para os empreendedores e boas práticas que contribuem para a facilidade de se fazer negócios nos diferentes estados do Brasil.

Também são considerados os pagamentos de impostos de uma empresa de porte médio, tempo para cumprir as obrigações fiscais, carga tributária total e índice pós-declaração.

De acordo com o Doing Business, também são avaliados o tempo e custo para resolver litígios comerciais e para construir e transferir um imóvel.

Em todas as áreas, os processos no Brasil são burocráticos, deixando o desempenho do país abaixo das economias da OCDE (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/02/reducao-da-trava-bancaria-deve-aumentar-interesse-por-credito-com-garantia-em-recebivel.shtml>) (conhecido como o "clube dos países ricos", onde o Brasil tenta uma vaga), da média da América Latina e dos Brics (grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Laura Sagnori Diniz, especialista em desenvolvimento do setor privado da instituição, lembra que, no Brasil, em média, são necessários 11 procedimentos para abrir um negócio. E mesmo os estados com melhor desempenho ainda estão abaixo das médias internacionais.

Em vez de se concentrar na expansão dos negócios, os empresários brasileiros acabam gastando energia para cumprir essas exigências. Em Mato Grosso do Sul, lembram os analistas, um empreendedor leva duas semanas para abrir uma empresa e 200 dias para conseguir um alvará para um armazém.

São Paulo, Minas Gerais e Roraima têm os melhores desempenhos, mas nenhum dos estados atinge uma performance considerada ideal. No Pará é onde é mais fácil abrir uma empresa, São Paulo é o mais rápido para registro de propriedades e o Espírito Santo é o lugar onde é mais fácil pagar impostos.

"Em todos os estados há espaço para melhora e é necessário olhar para boas práticas internacionais. Mesmo se todos os estados replicassem o Pará no tempo gasto para abrir empresas, por exemplo, o Brasil ainda teria um desempenho pior que a média dos países da OCDE", afirma Diniz.

Há também uma forte variação no tempo de abertura de empresas (<https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2020/12/pronampe-ajuda-a-enfrentar-a-crise-mas-alta-demanda-dificulta-credito.shtml>), que leva 9,5 dias em Minas Gerais e 24,5 no Distrito Federal, destaca Erick Tjong, também especialista em desenvolvimento. O custo para abertura também varia: em Mato Grosso ele chega a ser dez vezes mais alto que no Ceará, sobretudo devido aos custos de alvará.

Ao se olhar para o pagamento de impostos, o desempenho não varia tanto, pois a maior parte (40,9%) dos tributos é federal, mas o custo administrativo para pagamento de impostos também é alto no Brasil.

Mas, se por um lado o consumo do tempo produtivo das empresas brasileiras para cumprir burocracias e ultrapassar gargalos ainda é um dos principais problemas, há boas práticas acontecendo pelo país e a pandemia acabou acelerando a transição para serviços virtuais, contam os pesquisadores.

O estudo foi produzido pelo Banco Mundial, sob encomenda da Secretaria-Geral da Presidência da República, com apoio da CNC (Confederação Nacional de Bens, Comércio e Turismo), da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas).

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas

ANP prevê 7 bi de barris fora da plataforma continental

Objetivo da agência é ampliar produção e acelerar exploração do pré-sal

Por Gabriela Ruddy — Do Rio

16/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Os três blocos de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Santos que serão ofertados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) na 17ª Rodada de Concessões e que estão localizados na extensão da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) brasileira podem ter recursos médios de 7 bilhões de barris de petróleo equivalente. A rodada será a primeira realizada depois do início da pandemia.

O volume corresponde a projeções de estimativa de óleo no local (“in place”) feitas pela agência a partir de dados sísmicos. As áreas ainda não tiveram perfurações

para confirmar seu potencial. A estimativa foi divulgada no seminário técnico da rodada, realizado na tarde de ontem.

“São blocos afastados e os volumes podem ser bastante relevantes. São oportunidades de classe mundial”, comentou o superintendente-adjunto da área de avaliação geológica e econômica da agência, Ronan Ávila, durante o seminário.

A área com o prospecto de maior volume a ser ofertada no leilão, segundo a ANP, é o bloco S-M-1617, que tem 3,22 bilhões de barris de óleo “in place” e pode ter descobertas além da ZEE.

Será o primeiro leilão em que a ANP vai oferecer áreas que podem conter jazidas de pré-sal além das 200 milhas náuticas, limite da plataforma continental do Brasil.

De acordo com o diretor da ANP Cesário Cecchi, o objetivo, ao ofertar áreas além do limite da Zona Econômica Exclusiva brasileira, é buscar a maximização da produção de petróleo e gás no país e acelerar o desenvolvimento da exploração e da produção no pré-sal.

Ao todo, a ANP vai ofertar 92 blocos com área total de 53,9 mil quilômetros quadrados nas bacias de Santos, Campos, Pelotas e Potiguar na 17ª rodada de concessões, marcada para ocorrer em 7 de outubro de 2021.

Inicialmente previsto para 2020, o leilão foi adiado devido à pandemia. Além da 17ª rodada, a ANP pretende realizar neste ano a segunda rodada dos volumes excedentes da cessão onerosa, em dezembro, em áreas de Atapu e Sépia, na Bacia de Santos.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler térmico promete revolucionar os seus dias de lazer

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Assista filmes e séries sem precisar segurar o celular na mão

UNIVERSO DAS UTILIDADES

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto

KING SHOES

Mais do Valor **Econômico**

Rio deve anunciar novo calendário de vacinação na próxima sexta

China responde por 70% do saldo comercial do país

Boletim destaca que os preços comandam o dinamismo das exportações brasileiras para asiáticos

Por Marta Watanabe — De São Paulo

16/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O superávit comercial do Brasil com a China atingiu US\$ 19,1 bilhões no acumulado de janeiro a maio deste ano. O valor equivale a 70,4% do saldo do país no período, destaca o boletim do Indicador de Comércio Exterior (Icomex), do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o superávit comercial do país somou US\$ 27,1 bilhões, o maior valor da série histórica do governo federal, iniciada em 1997.

O boletim destaca que os preços comandam o dinamismo das exportações brasileiras para China. A participação do país asiático nas exportações brasileiras passou de 32,5% para 34% entre janeiro-maio de 2020 e 2021. Entre esses dois períodos, a variação no volume exportado foi de 1,4%, e a dos preços, 32,3%.

Para o mercado americano houve equilíbrio maior entre preços e quantidade. Na mesma comparação, o volume embarcado aos Estados Unidos aumentou 12% e os preços médios avançaram 11%.

Para a Argentina, a elevação da quantidade é destacada no boletim. Nas exportações brasileiras de janeiro a maio ao país vizinho, o volume saltou 45,1% enquanto os preços subiram 6,5%. Para os demais países da América do Sul a dinâmica foi semelhante, com avanço de 31,8% no quantum e de 5,8% em preços médios.

Na balança como um todo, os preços continuam liderando o aumento do valor das exportações e os volumes, o das importações. Na comparação entre os acumulados até maio de 2020 para este ano, as exportações aumentaram em 30,6%, com alta de 20,8% nos preços de 7,1% em volumes embarcados.

Já nas importações, o valor subiu 20,9%, com avanço de 17,4% na quantidade e de apenas 3,3% nos preços, sempre de janeiro a maio deste ano contra igual período do ano passado. A maior variação dos preços de exportações comparados com os

de importações levou a um aumento de 20,4% dos termos de troca entre os meses de maio de 2020/2021, ressalta o boletim.

A análise por tipo de indústria, aponta o Icomex, mostra que, no acumulado do ano, a indústria de transformação lidera o aumento do volume exportado, com crescimento de 10,3%.

Os dez principais produtos exportados foram açúcar e melaços, farelos de soja, carne bovina, combustíveis, celulose, carne de aves, semi-acabados de ferro ou aço, ouro não monetário, ferro gusa e veículos de passageiro.

 **COMENTÁRIOS**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Como esse tênis facilita suas caminhadas

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Queimão de estoque, aproveite esta condição especial!

LOJA KINGS

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Agora sim! Jaqueta tática impermeável com preço acessível

OFERTEEI

LINK PATROCINADO

Enquanto vacina não é realidade, essa máscara pode ajudar

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

Empresa abaterá doação para covid do IR

Proposta aprovada pela Câmara compensa renúncia tributária com aumento transitório das alíquotas do PIS e da Cofins

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

16/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A Câmara dos Deputados aprovou ontem projeto que permite a grandes empresas doarem recursos para desenvolvimento de medidas para prevenção, controle, tratamento e mitigação das consequências sanitárias da covid-19. A proposta permite às empresas abaterem as doações do imposto de renda que seria devido ao governo. O projeto segue para análise do Senado.

O “Programa Prioritário Pró-Pesquisa-Covid19” será bancado com aumento do PIS de 1% para 2% e da Cofins de 4% para 5% nas operações de alienação de participações societárias, aumentando o imposto a ser pago quando alguém vender

ações de empresas. A alta do PIS e da Cofins vigorará em 2021 (após 90 dias da sanção da lei) e 2022 até ser alcançado o valor para compensar as deduções feitas - de R\$ 400 milhões este ano e R\$ 600 milhões no próximo ano.

O projeto é voltado apenas para as empresas tributadas com base no lucro real, regime adotado pelas grandes empresas (com faturamento superior a R\$ 78 milhões). Quem participar do programa terá o nome divulgado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), que regulamentará os critérios para os projetos subsidiados.

As pesquisas deverão ser feitas pelas Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs). As empresas tributadas pelo lucro presumido (faturamento de até R\$ 78 milhões) ou do Simples (receita de até R\$ 4,8 milhões) não terão acesso as doações subsidiadas pelo Tesouro.

Líder do PT na Câmara, o deputado Elvino Bohn Gass (RS) criticou a permissão para que as empresas possam abater do imposto de renda todo o volume de doações e sugeriu limitar o abatimento a 30% do valor doado pela empresa. “Esse ponto é fundamental. Senão o empresário vai dizer ‘eu contribuí’ para a pesquisa contra a covid-19, mas quem está contribuindo na verdade é o Estado brasileiro”, disse.

A deputada Soraya Santos (PL-RJ), relatora do projeto, disse que já havia uma trava para limitar o abatimento a 30% do valor devido de imposto de renda pela empresa

e que não poderia acolher a nova emenda. No caso das empresas farmacêuticas, até 50% do imposto devido poderá ser abatido. O **Valor** tentou contato com a deputada, mas não teve retorno até o fechamento desta edição.

O governo Bolsonaro apoiou a medida em plenário e orientou os partidos de sua base aliada a rejeitarem a emenda do PT. Os partidos da base aliada votaram contra a trava, que acabou rejeitada por 289 votos a 119. O texto principal teve apoio quase unânime dos partidos no plenário.

O **Valor** antecipou no ano passado que grandes empresas que divulgavam doações para o combate à covid-19 tentavam, no Congresso, permitir que os valores doados fossem abatidos do imposto de renda devido. Na época, os projetos não avançaram por resistência da equipe econômica do governo.

Os deputados aprovaram ainda requerimento de urgência para o projeto que afrouxa a Lei de Improbidade Administrativa, voltada para punir civilmente gestores públicos que cometerem irregularidades. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), deve colocar a proposta em votação hoje.

A urgência foi aprovada por 369 votos a 30, com apoio de quase todos os partidos, com exceção do Novo e Psol.

Com isso, o parecer do deputado Carlos Zarattini (PT-SP) ao projeto, que era discutido numa comissão especial, será votado direto no plenário.

O parecer tem apoio dos políticos e prefeitos alvos de ações de improbidade, que acusam uma perseguição do Ministério Público, mas é criticado por órgãos de controle. Entre as mudanças está a previsão de só punir o gestor quando for comprovada a intenção de cometer a irregularidade e impedir que os entes lesados possam entrar com ações de improbidade para reparar o dano.

A Câmara também aprovou projeto que autoriza indústrias de saúde animal a fabricarem o ingrediente farmacêutico ativo (IFA) e vacinas contra a covid-19 com aval da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Legislação emperra “novo” Bolsa Família

Programa não pode ficar para 2022 devido às eleições

Por Fabio Graner — De Brasília

16/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

Já bem avançado tecnicamente, o novo Bolsa Família tem como um dos elementos que está adiando seu anúncio as restrições impostas pela lei complementar (LC) 173 e também pelas leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2021) e de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por causa disso, o governo avalia caminhos para superar essas restrições e uma das alternativas é criar uma excepcionalização específica para viabilizar o lançamento desse programa.

Aprovada no ano passado como parte do socorro aos Estados, a LC 173, em seu artigo 8º, proíbe, até o fim deste ano, a criação ou aumento acima da inflação de despesas obrigatórias. O dispositivo foi colocado pelo Ministério da Economia no

projeto enquanto tramitava no ano passado e, naturalmente, há preocupações de parte dos técnicos com a possibilidade de se antecipar seu fim ou de se abrir uma exceção agora.

Por outro lado, o novo programa não pode ficar para o ano que vem, devido à legislação eleitoral. Além disso, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) mandando zerar a fila do programa social também impõe uma solução urgente. Nesse contexto, fontes apontam que o presidente Jair Bolsonaro já teria determinado que se encontre uma saída para esses problemas de restrições de regras fiscais, permitindo que o programa seja apresentado formalmente ao Congresso o mais breve possível.

Além da LC 173, o governo precisa enfrentar as exigências de compensação dos novos gastos para este e o próximo anos previstos na LDO 2021 e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A liberação das regras, contudo, teria que ser aprovada antes do projeto ser apresentado. Pela proposta do novo Bolsa Família, o benefício médio será de R\$ 250, para 17 milhões de famílias, zerando assim a fila atual, mas com alcance menor do que se pensava porque o valor do benefício ficará maior.

O desenho mais recente do programa, atualizado após determinação do ministro João Roma, que assumiu em fevereiro, também prevê um benefício extra mensal

para os órfãos da covid-19. Esse adicional também seria de R\$ 250. Benefícios para bom desempenho esportivo e em ciências foram mantidos na nova versão.

O orçamento anual do novo programa deve subir para R\$ 54,1 bilhões, sendo R\$ 18,7 bilhões em relação aos R\$ 34,8 bilhões que estavam reservados para 2021 só para o benefício e a diferença para bancar o contrato com a Caixa. O montante orçamentário projetado para este ano não deve ser todo utilizado devido ao auxílio emergencial, pago a um universo maior de trabalhadores, que foi restabelecido em abril e deve durar até setembro.

A intenção do governo é que o novo Bolsa Família tenha validade já em outubro, finalizando o ano em novas bases e, assim, driblando as restrições à ampliação do programa no ano eleitoral e atendendo também às pressões de sua base política. Também é visto como uma cartada de Bolsonaro para recuperar apoio na população.

A discussão inclui a necessidade de se enviar novos projetos (de lei complementar e PLN no caso da LDO) ou de se aproveitar a tramitação de propostas já em andamento no Legislativo. Na área econômica, um interlocutor destaca ser necessário que o Ministério da Cidadania detalhe mais o programa, de forma a que se analise os caminhos fiscais a serem tomados e se vale a pena antecipar o fim da regra que congela os gastos.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota

BOTA CATERPILLAR

Mesmo com medidas, oferta de energia preocupa o ONS

Diretor do órgão diz que é preciso avançar em precauções

Por Rafael Bitencourt e Fabio Murakawa — De Brasília

16/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Mesmo se implementar todas as ações planejadas para garantir o fornecimento de energia, o setor elétrico ainda estará diante de um quadro “preocupante” no segundo semestre, alertou o diretor-geral do Operador Nacional do Sistema (ONS), Luiz Carlos Ciocchi. Durante audiência pública virtual na Câmara dos Deputados, disse esperar que o esforço seja suficiente para garantir uma “travessia segura” até o início do período de chuvas, entre outubro e novembro.

Ciocchi avalia que é preciso avançar com as medidas, além do setor, para afastar o risco de apagão ou racionamento no consumo de energia. Isso impediria que os reservatórios do Sudeste/Centro-Oeste, que respondem por 70% da capacidade de armazenamento do país, cheguem ao nível de 7,5% no fim de novembro.

Porém, se as ações emergenciais surtirem o efeito esperado, os reservatórios poderão alcançar 10,3% da capacidade no Sudeste/Centro-Oeste. Neste caso, a situação ainda seria “bastante crítica”, na visão do diretor-geral do ONS, pois representaria um nível abaixo de todas as referências mensais dos últimos 20 anos.

Na apresentação aos deputados, Ciocchi já não previu mais o déficit de potência projetado para o fim do ano. No caso do Sudeste/Centro-Oeste, o balanço entre oferta e demanda ficou zero. A única sobra de potência viria do Nordeste, com cerca de 3,3 mil megawatts (MW) em novembro.

Para especialistas ouvidos pelo **Valor**, a sobra de energia apontada oferecerá pouca “margem de manobra” para operar o sistema com segurança no período, às vésperas do Natal. Para dar um exemplo, a demanda máxima registrada na última segunda-feira, que pode aumentar subitamente, foi de 79.355 MW, às 18h24.

O recorde de consumo apurado durante um dia foi de 92.150 MW, em 30 de janeiro de 2019. Na ocasião, foi superado o recorde de 85.800 MW registrado no dia 15 do mesmo mês. Isso exigiu do ONS a oferta adicional, em apenas 15 dias, de 6,3 mil MW, recurso que não deverá contar em novembro deste ano.

A escalada tarifária também preocupa o governo. O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), André Pepitone, afirmou que o aumento dos valores cobrados pelo sistema de bandeira tarifária vai superar 20%, que era a previsão de ajuste levada à discussão em consulta pública.

Atualmente, as contas de luz sinalizam a bandeira vermelha patamar 2, que acrescenta R\$ 6,243 para cada 100 kilowatt-hora (kWh) consumidos. Durante a audiência, Pepitone disse que o novo valor da bandeira vermelha patamar 2 deve ir além da estimativa aproximada de R\$ 7 que foi apresentada. “Posso antecipar que será bem maior do que os R\$ 6,24.”

Segundo ele, a Aneel já sorteou um diretor para relatar a atualização dos valores da bandeira amarela (R\$ 1,343/100KWh) e das bandeiras vermelhas patamar 1 (R\$ 4,169/100KWh) e 2.

A calibragem dos valores serve para dar uma sinalização mais correta aos consumidores sobre o aumento do custo da energia, devido ao acionamento mais intenso das usinas térmicas, e ainda aliviar o caixa das distribuidoras que não precisam “carregar” essa despesa até os reajustes tarifários do ano seguinte.

Pepitone, informou que a autorização de uso de toda disponibilidade de usinas térmicas no país custará R\$ 8,99 bilhões aos consumidores neste ano. Segundo ele, a despesa trará impacto de 5% na tarifa.

No debate, Pepitone afirmou que neste ano, até abril, o despacho das usinas térmicas custou R\$ 4,3 bilhões.

O diretor informou que o sistema elétrico, até abril, recorreu a 15 mil megawatts (MW) de capacidade em geração térmica. Em maio, disse, que o montante subiu para 16 mil MW, quando o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) autorizou o uso de todo o parque de termelétricas. O país conta com 22 mil MW de potência em geração térmica, porém parte deste montante, cerca de 20%, está indisponível.

O conjunto de medidas já anunciadas pelo governo envolve o controle da vazão de águas nas hidrelétricas, despacho ilimitado de térmicas e deslocamento do consumo industrial para fora do horário de pico. No último fim de semana, circulou a minuta de medida provisória (MP) que, se for publicada, dará mais poderes ao governo para enfrentar a crise hídrica privilegiando o abastecimento de energia.

Na manhã de ontem, o presidente Jair Bolsonaro convocou reunião, fora da agenda oficial, para tratar de assuntos prioritários que incluíam a crise energética. A situação dos reservatórios preocupa o governo. O presidente e seu entorno já vislumbram impactos políticos negativos com o desenrolar da crise hídrica nos próximos meses.

À tarde, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que se reuniu com o ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia), para ouvir as ações que estão sendo adotadas. Em seguida, disse que as medidas serão “mais ou menos parecidas” com as de 2001, como o racionamento. **(Colaborou Raphael Di Cunto)**

Nenhum Estado do país é exemplo de bom ambiente de negócios, diz Banco Mundial

É mais fácil fazer negócios em São Paulo, Minas Gerais e Roraima, aponta instituição

Por Mariana Ribeiro — De Brasília

16/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Fazer negócios no Brasil é mais fácil em São Paulo, Minas Gerais e Roraima, mas nenhum Estado concentra todas as boas práticas e em todos há espaço para melhora. A conclusão é do Doing Business Subnacional Brasil 2021, divulgado ontem pelo Banco Mundial. Mesmo se as localidades implementassem todas as boas práticas existentes no país, o Brasil ainda estaria longe de se equiparar aos melhores exemplos globais em termos de ambiente de negócios, diz o documento.

O estudo analisou pela primeira vez as 27 unidades da federação, indo além de São Paulo e Rio de Janeiro - que representam o Brasil no relatório global do Doing Business. A avaliação é feita por meio das capitais e são cinco critérios analisados: abertura de empresas, obtenção de alvarás de construção, registro de propriedades, pagamento de impostos e execução de contratos.

Os três Estados que encabeçam o ranking tendem a ter uma regulamentação de negócios mais eficiente, diz o Banco Mundial. “Os processos realizados pelas empresas para operar são, em muitos casos, mais rápidos, mais simples e menos custosos do que a média nacional.” Mas nenhuma localidade é classificada em primeiro lugar nas cinco áreas medidas, o que reforça a necessidade de os entes olharem para as melhores práticas utilizadas tanto internamente quanto em outros países.

São Paulo, por exemplo, ocupa a primeira posição no quesito registro de propriedades, mas, por outro lado, fica em 19ª quando analisado o critério de pagamento de impostos. Neste caso, a liderança é do Espírito Santo, que por sua vez fica em penúltimo lugar do ranking geral.

O Banco Mundial frisa que foram encontradas boas práticas em Estados de diferentes níveis de renda, regiões e tamanhos. “Muitas das localidades com pontuações mais altas situam-se nas regiões Norte e Nordeste, onde a renda per capita e a densidade empresarial estão abaixo da média nacional.”

O estudo foi produzido pelo Banco Mundial a pedido da Secretaria-Geral da Presidência e teve patrocínio da Confederação Nacional de Bens, Comércio e Turismo (CNC), da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O relatório contém dados atualizados até 1º de setembro de 2020.

A melhora do Brasil no ranking global do Doing Business é objetivo declarado da equipe econômica. A meta do governo já declarada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, é chegar à posição 50 do ranking até o fim de 2022. No relatório de 2020, que reflete a situação de 2019, o Brasil estava na posição 124 entre 190 países.

O documento destaca que o ambiente de negócios do Brasil apresenta uma forte variação no nível subnacional e que processos longos e complexos são um grande desafio para as empresas brasileiras. “Em média, o desempenho do Brasil está abaixo de muitos outros países e regiões em todas as cinco áreas, frisando a complexidade e a demora dos processos que os empresários enfrentam.”

As áreas nas quais os órgãos municipais e estaduais são os principais atores, como execução de contratos, obtenção de alvarás de construção, abertura de empresas e registro de propriedades, apresentam as variações mais significativas. Os custos para se abrir uma empresa, por exemplo, são quase dez vezes mais altos em Mato Grosso que no Ceará, exemplifica.

Como os tributos são declarados e pagos da mesma forma em todo o país, o tempo gasto pelas empresas para cumprir com as obrigações tributárias é quase o mesmo, variando entre 1.483 e 1.501 horas por ano. É o período mais longo em todo o mundo, frisa o documento.

O relatório também constatou que iniciativas recentes têm melhorado o ambiente de negócios no país. “Os processos têm sido simplificados e digitalizados nos últimos anos, aumentando a eficiência dos procedimentos realizados pelas empresas nos níveis federal e local em diferentes áreas”, diz o Banco Mundial. Durante a pandemia de covid-19, agências e órgãos governamentais em todo o país criaram ou aprimoraram serviços virtuais, em apoio ao ambiente de negócios.



Por Daniel Rittner

Iniciou sua carreira no Valor como trainee em 2000. Foi corr... ver mais

Nova peça de barganha para Biden com o Brasil

Violação ambiental faria exportador perder tarifa zero

16/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O Senado americano acaba de abrir um caminho para a eventual imposição de represálias, pelos Estados Unidos, a exportações brasileiras por causa de más práticas ambientais e violação de direitos humanos. A rota para isso foi pavimentada com a aprovação, na semana passada, de um multibilionário pacote de política industrial com foco em inovação e o objetivo de conter a ascensão da China como grande potência tecnológica do mundo.

Com 68 votos a favor e apenas 32 contrários, a nova Lei de Inovação e Competição ainda precisa passar pela Câmara de Representantes. Depois, vai para sanção do presidente Joe Biden e trechos podem ser vetados. Ela tem 2.376 páginas. Por isso, não assusta que tenha ficado quase despercebida a inclusão de uma espécie de “emenda jabuti” - para comparar com o processo legislativo brasileiro - ao texto: a renovação do Sistema Geral de Preferências (SGP) até 2027.

Violação ambiental faria exportador perder tarifa zero

Pelos termos aprovados no Senado, o acesso ao mercado americano com esse benefício dependerá de que parceiros dos Estados Unidos: efetivamente cumpram suas leis e regulações ambientais; adotem e preservem medidas de implementação das suas obrigações assumidas em tratados multilaterais de meio ambiente (como o Acordo de Paris); não incorram em graves violações de direitos humanos.

As expressões acima reproduzem fielmente o “jabuti” incluído na página 1.638 da lei em avaliação, agora, na Câmara de Representantes. Atendem à ala mais progressista do Partido Democrata e dão à Casa Branca, caso confirmadas, instrumento para pressionar comercialmente países percebidos como “vilões ambientais” (climate outlaws) - categoria em que boa parte da esquerda americana colocaria o Brasil do governo Jair Bolsonaro.

O SGP é um regime criado nos anos 1970, por países ricos, para dar acesso preferencial a bens produzidos em nações menos desenvolvidas. As mercadorias entram em grandes mercados com tarifa de importação zero, sem que seja necessário haver reciprocidade ou algum tipo de concessão comercial em troca.

União Europeia, Suíça, Japão, Austrália e Canadá são alguns dos países que estabeleceram sistemas de preferências a países subdesenvolvidos. O Brasil, por exemplo, foi excluído do SGP na Europa. Bruxelas justificou que a economia brasileira já podia ser classificada no grupo de renda média-alta e possuía condições de competir globalmente por mercados sem essa ajuda extra.

No caso dos Estados Unidos, o programa costuma ser renovado por períodos curtos, às vezes dois ou três anos - não causa espanto que já tenha expirado e recuperado a vigência, quase sempre com efeitos retroativos, 14 vezes.

O Brasil é um importante usuário do SGP nos Estados Unidos. De acordo com o Congressional Research Service, que funciona como consultoria legislativa, é o quarto país que mais se beneficia da redução de tarifas pelo sistema preferencial - perde apenas para Tailândia, Índia e Indonésia. Foram US\$ 2,3 bilhões exportados em 2019.

Isso representava 8% do total de vendas brasileiras para os Estados Unidos. Até alguns anos atrás, abrangia uma pauta tão diversa quanto milho e pistolas da Taurus. Químicos, borrachas, máquinas e equipamentos, plásticos também estão entre os setores contemplados com a entrada "duty free" no mercado americano. Destaca-se ainda o comércio intrafirma, ou seja, a exportação de bens produzidos por uma filial brasileira para sua matriz baseada no país do Norte.

A presença de obrigações ambientais - e de direitos humanos - na atual renovação do SGP está longe de significar um xeque-mate imediato no Brasil, mas insere no tabuleiro político e econômico uma nova peça que poderá ser aproveitada por Biden e sua equipe para aumentar as pressões sobre o governo Bolsonaro em temas como preservação das florestas.

No discurso que fez em 22 de abril, durante a cúpula do clima em formato virtual, Bolsonaro enumerou compromissos e virtudes do Brasil em matéria ambiental:

vamos eliminar o desmatamento ilegal até 2030; órgãos ambientais terão seus recursos duplicados para a área de fiscalização; contamos com uma das matrizes energéticas mais limpas do planeta; há um desafio em melhorar a vida de 23 milhões de brasileiros que moram na região amazônica.

Eis um recorte da realidade daquele dia para cá: os alertas de desmatamento na Amazônia Legal bateram recorde para o mês de maio; o governo cortou os orçamentos do Ibama e do Instituto Chico Mendes; a MP da Eletrobras foi invadida por usinas térmicas movidas a combustíveis fósseis; o presidente insinuou que poderia acabar com a Zona Franca por uma briga com senadores do Amazonas na CPI da Pandemia.

Se alguém quiser ir além: o ministro do Meio Ambiente tornou-se alvo de investigação pela suspeita de proteger madeireiros, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto que flexibiliza o licenciamento ambiental, o PL da regularização fundiária (cuja fama de “PL da grilagem” já pegou no exterior) está perto da votação final.

A administração do sistema de preferências nos Estados Unidos é feita pelo USTR, o escritório de representação comercial da Casa Branca, que faz relatórios anuais sobre países e relatórios conhecidos como “out-of-cycle reviews”, podendo entrar em temas mais específicos. No governo Lula, as normas de propriedade intelectual no Brasil estiveram no alvo. Houve um certo burburinho, mas nenhum tipo de represália foi aplicado.

O SGP, se renovado nos termos do Senado, terá regras genéricas o suficiente para dar ao USTR a discricionariedade de que ele precisa para pressionar certos países. Funcionará, na prática, como um instrumento de barganha para o governo Biden. O Brasil que se cuide.

Sem cerimônia

Diante do impasse no Mercosul em torno do corte unilateral da Tarifa Externa Comum, opondo Brasil e Argentina, ganha corpo uma ideia polêmica: cancelar a cúpula presidencial do bloco, que ocorre no fim de cada semestre e marca a passagem de bastão de sua presidência rotativa. Se fosse hoje, não haveria acordo.

Avalia-se, dos dois lados, que um encontro só para explicitar esse dissenso apenas geraria mais desgaste.

Sem cúpula nem cerimônia, cogita-se transferir a presidência *pro tempore* da Argentina para o Brasil, que seguiria tentando articular um acordo. Diferenças ideológicas estão corroendo um dos ativos da política externa brasileira.

Daniel Rittner é repórter especial. Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a coluna de Cristiano Romero

E-mail: daniel.rittner@valor.com.br

 **COMENTÁRIOS**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Assista filmes e séries sem precisar segurar o celular na mão

UNIVERSO DAS UTILIDADES

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Cooler térmico promete revolucionar os seus dias de lazer

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Você pode ser um deus do churrasco com essa lâmina

OFERTEEI

Prefeituras elevam gastos com saúde em 2020, mas reduzem com educação

Aulas remotas contribuíram para diminuição do gasto com ensino

Por Rodrigo Carro — Do Rio

16/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Enquanto a despesa municipal per capita com saúde cresceu em 2020, os gastos por habitante das prefeituras com educação diminuíram. Em termos nominais, as despesas das cidades brasileiras na área de saúde subiram 18,08% entre 2019 e o ano passado, conforme indica levantamento feito pelo Observatório de Informações Municipais (OIM). No mesmo período, o volume de recursos desembolsados pelas prefeituras para custear a educação caiu 2,64%, considerando o montante gasto por habitante.

O adiamento na retomada das aulas presenciais, devido à segunda onda da pandemia, se refletiu numa desaceleração nos gastos com educação ao longo dos primeiros meses do ano, nas capitais. Em média, essas cidades destinaram 15,13% da receita tributária e de transferências constitucionais à educação entre janeiro e abril de 2021, segundo dados compilados pela Frente Nacional de Prefeitos (FNP). No mesmo período de 2020, esse percentual estava em 19,54%. Já nos primeiros quatro meses de 2019 era de 20,15%.

Secretário-executivo da FNP, entidade que congrega 412 cidades com mais de 80 mil habitantes, Gilberto Perre destaca que a volta dos estudantes às salas de aula, prevista anteriormente para o início deste ano, deverá ficar para o segundo semestre. “Não necessariamente do dia para noite nem de forma generalizada”, pontua ele.

A retomada dos contratos de transporte e alimentação de alunos e limpeza - entre outros - tende a aumentar o nível de gastos das prefeituras com educação. Segundo Perre, as conversas com prefeitos indicam que os municípios contam este ano com mais recursos próprios para financiar a educação. A recuperação da economia brasileira e o repique inflacionário - que torna produtos e serviços mais caros, aumentando a arrecadação - explicam em parte esse aumento. A relativa fartura pode, no entanto, gerar dificuldade no cumprimento do percentual mínimo constitucional (25%) da receita que deve ser aplicado em educação, alerta o secretário-executivo da FNP.

Em 2020, a despesa municipal per capita com educação foi de R\$ 815,84, em média, de acordo com o estudo do Observatório de Informações Municipais. O montante é 2,64% inferior ao registrado em 2019 (R\$ 837,44). Os valores por habitante foram calculados com base numa amostra de 4.075 municípios (73,2% do total).

Autor do levantamento, o geógrafo e economista François Bremaeker, gestor do OIM, não vê relação direta entre contração das despesas em educação com o aumento dos gastos em saúde.

“Seria uma combinação de fatores. A saúde demandou maior esforço que o normal devido à pandemia. A saúde especificamente recebeu mais recursos em decorrência do auxílio financeiro [federal]”, argumenta Bremaeker. “As escolas permaneceram fechadas, mantendo-se as despesas de pessoal. Mas outras despesas de manutenção seguramente diminuíram”, acrescenta.

O gasto municipal com saúde não avançou apenas na comparação per capita. Pelos cálculos de Bremaeker, a participação da saúde no bolo da despesa total dos municípios passou de 24,62% em 2019 para 26,89% no ano passado. Esse incremento se deu num cenário de ampliação dos gastos das prefeituras. A comparação anual aponta para um crescimento de 8,12% no valor per capita das despesas orçamentárias municipais.

Para este ano, a FNP projeta uma elevação significativa nos gastos das prefeituras com saúde. “A perspectiva para este ano é de uma demanda aceleradíssima na saúde”, diz Perre, para depois citar gastos represados por causa de restrições impostas pela pandemia. Na lista estão exames, consultas e cirurgias eletivas.

Mas Perre ressalta que é preciso levar também em consideração fatores adicionais como as férias acumuladas de servidores da área de saúde, contratações que terão de ser mantidas para enfrentar os desdobramentos da covid-19 e até a preocupação crescente com a saúde mental da população.

Refinanciamento de dívidas de empresas entra na pauta

Estarão em pauta a proposta do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco, de lançar um novo Refis, e a do senador Jorginho Mello, que beneficia micro e pequenas empresas

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

16/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O governo discute com o Congresso a aprovação de duas propostas de refinanciamento de dívidas das empresas. Para as médias e grandes, está em discussão a reabertura do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), que vem sendo chamada de “novo Refis”, um projeto de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Para as micro e pequenas do Simples, será criado o Programa de Renegociação de Longo Prazo (Relp), do senador Jorginho Mello (PL-SC).

Essa divisão de programas conforme o porte das empresas foi informada ao **Valor** pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), que relatará ambas as propostas.

A primeira é um projeto de lei. A segunda, um projeto de lei complementar, pois envolve tributos estaduais e municipais. A previsão é votar ambas amanhã.

Bezerra e Jorginho Mello estiveram na tarde de ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes. A assessoria de Mello informou que as diretrizes do Relp ainda estão em discussão com a equipe econômica.

A proposta original, que pode ser modificada, prevê o parcelamento de dívidas tributárias por até 480 meses, ou nada menos do que 40 anos.

A empresa pagaria ao governo 1% de sua receita bruta ao mês, no valor mínimo de 1/480 da dívida. No parcelamento, haveria redução de 25% das multas, 50% dos juros e 100% dos encargos legais.

Já a proposta original de Rodrigo Pacheco, igualmente em negociação, prevê a reabertura do Pert, um "Refis" criado em 2017. O Pert original possibilitava ao contribuinte optar por pagar 20% da dívida em cinco parcelas mensais e liquidar o restante em até dez anos, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O texto de Pacheco permite o parcelamento das dívidas em até 175 vezes (14 anos e 7 meses), com desconto de até 100% das multas de mora e até 90% dos juros.

O governo resiste a editar um novo Refis e prefere, como alternativa a transação tributária - que é uma renegociação de dívidas apenas das empresas que têm disputa judicial com o Fisco. Na tentativa de tornar a transação mais ampla, está em análise a possibilidade de estender esse instrumento às empresas que têm dívidas tributárias. O Refis, argumenta a equipe econômica, beneficiaria até mesmo os contribuintes que não estão em dificuldade.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Conheça as novas máscaras recomendadas atualmente

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Novidade! Sua cerveja sempre gelada

POWER COOLER

Saiba Mais

LINK PATROCINADO

O tênis mais vendido de 2020 agora com 70% de desconto

KING SHOES

LINK PATROCINADO

O tênis mais concorrido de 2021 agora com 70% de desconto!

LOJA KINGS

Mais do Valor **Econômico**

Renegociação de dívida de empresa será pelo porte

Propostas podem ser votadas ainda esta semana

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

16/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

O governo discute com o Congresso a aprovação de duas propostas de refinanciamento de dívidas das empresas. Para as médias e grandes, está em discussão a reabertura do Programa Especial de Regularização Tributária (Pert), que vem sendo chamada de “novo Refis”, um projeto de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). Para as micro e pequenas do Simples, será criado o Programa de Renegociação de Longo Prazo (Relp), do senador Jorginho Mello (PL-SC).

A divisão de programas foi informada ao **Valor** pelo líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), que relatará ambas as propostas. A primeira é um projeto de lei. A segunda, projeto de lei complementar, pois envolve tributos estaduais e municipais. A previsão é votar ambas na quinta-feira.

Bezerra e Jorginho Mello estiveram ontem com o ministro da Economia, Paulo Guedes.

A proposta original, que pode ser modificada, prevê o parcelamento de dívidas tributárias por até 480 meses. A empresa pagaria ao governo 1% de sua receita bruta ao mês, no valor mínimo de 1/480 da dívida. No parcelamento, haveria redução de 25% das multas, 50% de juros e 100% de encargos legais.

A proposta original de Pacheco, também em negociação, prevê a reabertura do Pert, um "Refis" criado em 2017. Prevê o parcelamento das dívidas em até 175 vezes, com desconto de até 100% das multas de mora e até 90% dos juros.



COMENTÁRIOS

Senadores devem ampliar mudanças na MP da Eletrobras

Está em discussão criar incentivos à indústria carbonífera

Por Daniel Rittner, Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

16/06/2021 05h01 · Atualizado há 4 horas

Em busca de apoio para votar a MP da Eletrobras, que perderá validade na terça-feira, o senador Marcos Rogério (DEM-RO) está em negociações adiantadas com parlamentares para a entrada de novas obrigações no texto, como a destinação de R\$ 2,5 bilhões para a revitalização da indústria carbonífera no Sul do país. Outra proposta em discussão impede a transferência de recursos de Itaipu para amenizar as tarifas de energia após a privatização da Eletrobras. As duas sugestões, afirmam fontes, podem ajudar o governo a melhorar a aceitação do texto junto a senadores do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

A primeira emenda “jabuti” que pode ser incorporada é de autoria do senador Dario Berger (MDB-SC). A proposta dele exige a contratação de usinas térmicas a carvão, no montante total de 2 mil megawatts (MW), entre 2028 e 2032. Isso ocorreria nos mesmos moldes do que a Câmara dos Deputados fez com as termelétricas movidas com gás natural (6 mil MW) e com as pequenas centrais hidrelétricas (2 mil MW).

As térmicas movidas a carvão são um dos maiores alvos de ambientalistas por causa de suas emissões de gases-estufa. Além da contratação das usinas, a “nova” Eletrobras ficaria obrigada a usar R\$ 2,5 bilhões de seu próprio em ações na região produtora do mineral.

Já a questão de Itaipu envolve o interesse de senadores como Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e Alvaro Dias (Podemos-PR). Uma das emendas assinadas por eles diz que o artigo que regulamenta o uso das receitas da empresa binacional foi aprovado no “afogadilho” e “sem discussão”.

“Não podemos aceitar que ela [Itaipu] seja tratada como um mero apêndice da medida provisória que dispõe sobre a privatização da Eletrobras. Muito menos que venha a ser regulamentada num artigo lacunoso, que sequer define o que seja o ‘excedente econômico’ de Itaipu”, diz Oriovisto em sua justificativa.

Essas possibilidades constam de uma apresentação feita por Marcos Rogério, ontem, a representantes do governo. O relatório final deve ser formalizado somente hoje, quando está prevista a análise da MP no plenário do Senado. O **Valor** apurou que a inclusão ou não dessas emendas dependerá, em grande parte, da temperatura medida pelo governo e seus aliados para a votação. Se eles perceberem que o texto pode caducar ou ser rejeitado, os novos “jabutis” ganham força para conquistar mais votos e entrar no projeto de conversão.

Na prática, os dois pontos devem aumentar a campanha da indústria contra a MP. Diversas associações empresariais iniciaram um corpo a corpo com senadores, pedindo que resgatem o teor original da medida provisória. As emendas negociadas aprofundam o que muitas entidades consideram uma distorção, com potencial aumento de custos com a energia.

Isso tem influenciado o posicionamento de alguns senadores de centro. A líder da bancada feminina no Senado, Simone Tebet (MDB-MS), tem criticado, por exemplo, o teor do texto. “Por que avançarmos com a tramitação de uma MP que

seguramente será judicializada, causando insegurança jurídica num setor tão sensível e estratégico para o país e afastando investidores sérios? Por que assunto dessa importância é tratado à revelia de uma discussão maior pelo Congresso Nacional? Por que não encontramos um único segmento importante que se coloque, firmemente, na defesa desta MP, a não ser os criadores de ‘jabutis’?”, questiona a parlamentar.

Apesar disso, a ordem do governo é garantir que o texto seja aprovado, mesmo que o seu teor esteja longe do ideal. Segundo fontes, a equipe econômica prefere tentar ajustar o texto na Câmara dos Deputados do que ver a MP afundar por falta de consenso no Senado. “Vai passar todo remendado, mas vai passar”, afirmou uma interlocutor da cúpula do Senado. Ainda assim, alguns senadores apostam num placar apertado na votação, que pode se estender até quinta-feira.

Em meio às negociações, deve ficar de fora da MP, entretanto, a proposta que previa uma cota mínima as águas do reservatório de Furnas (MG). A reivindicação era do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), mas poderia atrapalhar a gestão dos recursos hídricos num momento de risco de racionamento.

 COMENTÁRIOS

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por [taboola](#)

LINK PATROCINADO

Tchau Chulé! Tênis transportável é o ponto final do mau odor

PROMOSBOAS.COM.BR

LINK PATROCINADO

Saiba porquê os homens de Salvador estão comprando essa bota

BOTA CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

Vieram para ficar. Conheça as novas máscaras recomendadas

LOJA INTERATIVO

LINK PATROCINADO

Taxa de administração menor para bancos públicos enfrenta resistência no Congresso

Proposta envolve instituições que administram recursos dos fundos constitucionais de Norte, Nordeste e Centro-Oeste

Por Lu Aiko Otta — De Brasília

16/06/2021 05h00 · Atualizado há 4 horas

A proposta do governo de reduzir as taxas de administração aos bancos que administram recursos dos fundos constitucionais de Norte, Nordeste e Centro-Oeste, incluída na Medida Provisória 1.052, encontrou resistências no Congresso Nacional. A maior parte das 97 emendas apresentadas à proposta busca suprimir ou alterar o artigo que trata desse tema. O corte, a ser implementado gradualmente, seria dos atuais 2,1% para 0,5%.

“A resistência está muito grande”, disse o deputado Bira do Pindaré (PSB-MA), autor de três emendas ao projeto. “O Norte e o Nordeste certamente vão se levantar com força.”

A redução das taxas apenas busca deixar a remuneração dos bancos mais adequada ao momento econômico, disse ao **Valor** o ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho. A Caixa cobra 0,5% para administrar o FGTS.

Haveria também redução da taxa del credere, que é uma espécie de comissão aos bancos que aplicam os recursos a seu próprio risco. Com isso, no prazo de três anos, R\$ 8 bilhões que hoje são pagos em taxas, principalmente aos bancos do Nordeste (BNB) e da Amazônia (Basa) poderiam ser direcionados a novos empréstimos.

No entendimento de Bira do Pindaré e outros parlamentares que apresentaram emendas contra o corte nas taxas, está em risco o funcionamento dos bancos e a operacionalização dos fundos. Os mais prejudicados seriam os pequenos negócios, alertou o deputado do Maranhão.

A polêmica ameaça outro instrumento importante para a agenda de investimentos, cuja criação está na mesma medida provisória: um novo fundo, com aporte de R\$ 750 milhões este ano, para financiar estruturação de projetos de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPP). Os recursos sairiam do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE), que está parado desde 2014. A MP altera o FGIE.

A estruturação de projetos é o principal gargalo do programa de concessões e PPPs do país. Prefeituras nem sempre têm pessoal treinado nem recursos para realizar estudos e definir como funcionaria uma concessão ou PPP de serviço público. O fundo a ser criado pela MP financeira esse trabalho. Hoje já existem dois fundos semelhantes, um na Caixa e outro no BNDES. O gestor do novo fundo ainda será escolhido.

“O Ministério do Desenvolvimento Regional tem uma carteira estimada em mais de R\$ 1 trilhão em investimentos potenciais”, disse Marinho. São investimentos a serem realizados em parcerias com empresas: R\$ 700 bilhões em saneamento, R\$ 220 bilhões em mobilidade, R\$ 60 bilhões em iluminação pública, R\$ 100 bilhões em manejo de resíduos sólidos e R\$ 50 bilhões em infraestrutura hídrica. “Todo esse enorme potencial só poderá ser realizado se tivermos como estruturar esses projetos e oferecê-los ao mercado.”

O principal foco de resistência à MP surge de um mal-entendido, avalia-se nos bastidores do governo. Alguns parlamentares entenderam que recursos do FNO, FNE e FCO seriam direcionados ao novo fundo de estruturação de concessões e PPPs.

A deputada Silvia Cristina (PDT-RO) escreveu, na justificativa de sua emenda, que se a criação do novo fundo estiver condicionada à receita decorrente da redução das taxas dos bancos, o texto será considerado inconstitucional.

Diante da polêmica, a equipe de Marinho tem trabalhado junto às bancadas do Norte e Nordeste para esclarecer esse ponto. Há, no entanto, outros tipos de resistência.

“Fica evidente que, ao reduzir em mais da metade a taxa de administração dos bancos públicos, a intenção do governo é enfraquecer o papel do Estado na execução de suas políticas econômica e social”, escreveu o deputado André Figueiredo (PDT-CE) na justificativa de emenda semelhante à de Silvia Cristina.

O **Valor** questionou o Basa e o BNB a respeito da medida provisória, mas não obteve resposta.